

Companhia Energética de Brasília – CEB  
 CNPJ: 00.070.698/0001-11  
 Setor de Indústria e Abastecimento – SIA – Setor de Áreas Públicas, Lote C  
 CEP: 71.215-902 – Brasília - DF  
 Telefones: 3465 9604 e 3465 9602 – Site: www.ceb.com.br



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais, a Administração da Companhia Energética de Brasília – CEB apresenta o Relatório Anual da Administração, juntamente com as Demonstrações Contábeis, as Notas Explicativas, a decisão do Conselho de Administração e os Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social de 2012.

A CEB chega ao fim de 2012 consolidando seu papel estratégico no desenvolvimento do Distrito Federal, fortalecida para atingir o desafio de tornar sua subsidiária CEB Distribuição S.A. (“CEB D”), detentora do Contrato de Concessão nº 066/1999, que tem por objeto a distribuição de energia elétrica no Distrito Federal, uma das principais empresas distribuidoras de energia elétrica do país.

Para tanto, em 2012, a distribuidora tem investido em expressivo volume de obras, no aperfeiçoamento da governança e gestão empresarial e na avaliação de estrutura organizacional mais eficiente. São conquistas, fruto do empenho de nossos mais de 1.200 colaboradores ao longo dos anos, que permearão ações da administração de forma a retribuir o apoio dos nossos mais de 910.000 clientes.

A CEB D apresenta recuperação em seus resultados econômicos em razão de a Administração estar destinando investimentos ao parque distribuidor da Companhia com vistas a torná-la uma das melhores empresas do Setor Elétrico Brasileiro. Ademais, a distribuição de energia elétrica à Capital do País é prioridade governamental.

Relativamente à CEB, a Administração implantou nova sistemática de gestão das empresas controladas, para maior transparência e controle dos seus resultados com a criação de diretorias específicas para cada área de atuação da Companhia. Em 2013 o processo deverá ser continuado com a administração conjunta das empresas, consolidação da Superintendência de Serviços e compartilhamento de atividades.

A CEB prosseguirá trabalhando permanentemente na busca de soluções baseadas na competência, austeridade, transparência, inovação tecnológica, ética com vistas à melhor competência técnica e resultados para que seus clientes tenham energia elétrica abundante e de qualidade.

A realização desafiadora dos investimentos na CEB Distribuição S.A., prioritariamente, de forma que garanta o desenvolvimento regional e a sustentabilidade econômica do Distrito Federal é meta prioritária da Administração em 2013.

A Administração

### CENÁRIO MACROECONÔMICO

Em 2012, o PIB brasileiro obteve expansão de 0,9% em relação a 2011. Em função do crescimento, o PIB em valores correntes alcançou R\$ 4,403 trilhões em 2012, e o PIB per capita alcançou R\$ 22.402, mantendo-se praticamente estável (0,1%) em relação a 2011. O PIB per capita é definido como a divisão do valor corrente do PIB pela população residente no meio do ano.

A expansão do PIB resultou do aumento de 0,8% do Valor Adicionado a preços básicos e do crescimento de 1,6% nos impostos sobre Produtos líquidos de Subsídios. O resultado do Valor Adicionado neste tipo de comparação refletiu o desempenho das três atividades que o compõem: Agropecuária (-2,3%), Indústria (-0,8%) e Serviços (1,7%).

### Atividade Econômica

Os destaques positivos do segmento Serviços foram Serviços de Informação (2,9%), Administração, Saúde e Educação Pública (2,8%) e Outros Serviços (1,8%). A atividade de Serviços imobiliários e aluguel apresentaram crescimento de 1,3%, seguida por Comércio (1,0%), Transporte, armazenagem e correio (0,5%) e Intermediação financeira e seguros (0,5%). Ao longo de todo o ano de 2012, o crescimento da massa real de salários, ao lado da expansão do crédito ao consumo, sustentou o crescimento das vendas no comércio varejista de bens em ritmo superior ao da produção industrial.

Na Indústria, o destaque foi o crescimento da atividade de Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (3,6%) e da Construção civil (1,4%). O desempenho de Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana foram puxados pelo consumo residencial e comercial de energia elétrica.

Na análise da demanda, a despesa de consumo das famílias cresceu 3,1%, sendo este o nono ano consecutivo de crescimento deste componente. Tal comportamento foi favorecido pela elevação de 6,7% da massa salarial dos trabalhadores, em termos reais, e pelo acréscimo, em termos nominais, de 14,0% do saldo de operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres para as pessoas físicas. A despesa do consumo da administração pública aumentou 3,2%.

### Inflação

Em 2012, a inflação apresentou índices positivos de 5,84 % para o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Com o resultado, o governo cumpriu a meta de inflação do ano passado, estipulada em 4,5 por cento com margem de 2 pontos percentuais para mais ou menos. Foi o nono ano seguido em que o objetivo foi alcançado.

O indicador, no entanto, manteve-se em níveis considerados elevados, mais próximos ao teto, deixando a luz amarela acesa em 2013 para elevadas pressões sobre os preços. O índice mostrou aceleração sobre novembro, alta de 0,60 por cento e o resultado de dezembro também de alta com 0,79 por cento, o que pode refletir na variação do exercício de 2013.

### Mercado de Juros

O mercado de juros em 2012 foi caracterizado pela redução da taxa básica de juros (SELIC) no exercício, fechando em 7,25% ao ano, conforme informe do Banco Central do Brasil – (BACEN). A evolução beneficia a retomada dos investimentos e a utilização de capital de terceiros para alavancagem de projetos vinculados ao perfil da Companhia, de longo prazo e com carência suficiente para a entrada em operação comercial.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil (BACEN) manteve a taxa básica de juros (Selic), em 7,25% ao ano, em linha com as expectativas dos analistas do mercado financeiro, que estimam a Selic no mesmo patamar até o final do ano.

A taxa básica de juros teve dez reduções seguidas, de agosto do ano passado, quando estava em 12,5%, à penúltima reunião do Copom, terminada dia 10 de outubro de 2012, quando foi fixada em 7,25%. Em pouco mais de um ano, a Selic perdeu 5,25 pontos percentuais e está no nível mais baixo da história do comitê, criado em junho de 1996.

### Reflexos do Contexto Econômico na CEB

O consumo de energia elétrica no Brasil cresceu 3,5% entre 2011 e 2012, enquanto que o crescimento do mercado da CEB Distribuição S.A. alcançou 3,6%. Para as empresas geradoras de energia com vinculação societária à CEB, as receitas de venda de energia são indexadas pelo IGP-M. Os componentes dos custos têm diferentes parâmetros, alguns atrelados a índices de preços, outros a fatores hidráulicos. Entretanto, a variação do IGP-M tem sido suficiente para manter o equilíbrio das operações geradoras e os resultados da Companhia.

À CEB Distribuição S.A., com os comportamentos descendentes da Selic e do CDI no exercício findo, restou positiva repercussão nos seus contratos em razão da estrutura de endividamento da empresa. Por outro lado, a escassez de geração obrigou o despacho de térmicas pelo sistema, o que onerou sensivelmente o caixa das distribuidoras.

Relativamente às repercussões dos indicadores sobre as operações e compromissos vinculados diretamente à CEB, destaca-se a liquidação dos aportes de capital realizados na empresa distribuidora, em atendimento ao “Termo de Compromisso de Subscrição de Ações” formalizado entre as duas organizações, conforme determinado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A demanda por eletricidade deve crescer com a recuperação da classe industrial e comercial, que estão amparadas por políticas federais. Há previsão, segundo a EPE (Resenha de Mercado Jan/2012) de crescimento do consumo de 3,5%, enquanto é esperado pela CEB Distribuição S.A. crescimento da ordem de 5,7%. A redução nas tarifas de eletricidade, em processo neste primeiro trimestre de 2013, terá efeitos substanciais uma vez que beneficiam especialmente as classes produtivas. O setor elétrico, assim, a menos que se frustrem outra vez as previsões de recuperação do PIB e, em especial da indústria, deverá se expandir, ainda que ocorram restrições operativas, se o regime pluviométrico até abril de 2013 não melhorar.

### PERFIL DA EMPRESA

#### Companhia Energética de Brasília – CEB

A Companhia Energética de Brasília - CEB teve origem na Companhia de Eletricidade de Brasília – CEB, que, por sua vez, é proveniente do Departamento de Força e Luz da NOVACAP e autorizada mediante a Lei nº 5.545, de 10 de dezembro 1964, criada em 16 de dezembro de 1968.

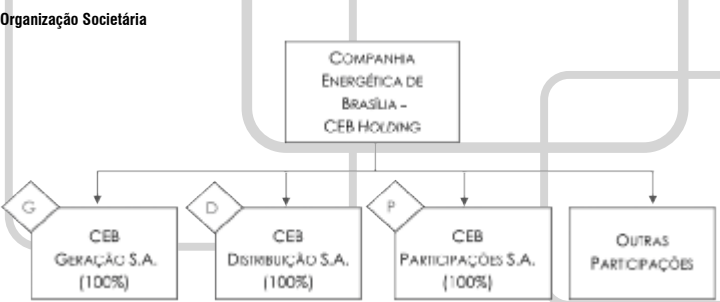
A partir de 1992, com investimentos em novos negócios, a CEB passou à denominação Companhia Energética de Brasília, dada pela Lei nº 383, de 16 de dezembro de 1992.

Em 1993 obteve concessão para exploração de gás canalizado no Distrito Federal. Em 1994 iniciou processo de participação em consórcios de geração de energia elétrica de aproveitamentos hidrelétricos.

Em atendimento ao disposto na Lei nº. 10.848, de 15 de março de 2004, e à Resolução Autorizativa nº. 318/ANEEL, de 14 de janeiro de 2005, a CEB foi submetida em 2006 à reestruturação societária. A concessão de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal foi vertida para a CEB Distribuição S.A., e as de geração para as empresas CEB Geração S.A. e CEB Participações S.A. – CEBPAR.

A Companhia Energética de Brasília – CEB é controladora de empresas no ramo de energia, geração, participações e distribuição de energia elétrica tendo também empresas coligadas e uma empresa ligada. As empresas controladas são: CEB Distribuição S.A., no ramo de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal; CEB Geração S.A., geradora de energia elétrica; CEB Participações S.A., que detém participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas; CEB Lajeado S.A., que comercializa energia elétrica; e Companhia Brasiliense de Gás – CEBGÁS, exploradora, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás combustível canalizado. As empresas coligadas são: Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A., ambas geradoras de energia elétrica na condição de produtoras independentes. Finalmente, ligada à CEB, a BSB Energética S.A. foi constituída com o fim de construir Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH’s e está autorizada a participar de outros empreendimentos ou sociedades.

MISSÃO	VISÃO
<p>Agregar valor ao processo de desenvolvimento regional, por meio de soluções de energia e serviços correlatos diferenciados pelo profissionalismo e pela excelência na prestação de serviços.</p>	<p>A Visão Ampliada do Negócio CEB extrapola a abordagem restrita de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia. Contempla, de forma abrangente, a razão de ser da Empresa, à luz de sua responsabilidade social e de seu papel de liderança na indução do processo de desenvolvimento regional, sem perder de vista o foco de privilegiar o usuário e seu direito a um atendimento isonômico, caracterizado pela melhor qualidade.</p>



#### Companhia Energética de Brasília – Consolidado (Em Números) - 2012/2011

Econômico – Financeiro Consolidado - (R\$ Mil)	2012	2011
<b>Receita Operacional Bruta</b>	2.430.159	2.104.936
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	1.628.678	1.375.395
<b>RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO</b>	122.023	80.563
<b>EBITDA</b>	103.968	203.842
<b>LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO</b>	74.679	46.132
<b>Atribuído ao acionista controlador</b>	55.499	26.190
<b>Atribuído aos acionistas não controladores</b>	19.180	19.942
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	591.862	518.315

*Fonte: Demonstrações Contábeis da Companhia Energética de Brasília – CEB*

A Companhia Energética de Brasília – CEB registrou lucro líquido consolidado de R\$ 74,679 milhões no exercício de 2012, o que representa uma alta de 62% sobre 2011.

Do total do lucro líquido consolidado, R\$ 55.499 milhões foram atribuídos à Companhia Energética de Brasília – CEB e R\$ 19.180 milhões foram atribuídos aos acionistas não controladores. O valor atribuído à CEB representou um aumento de 119% em relação ao exercício de 2011 (R\$ 26.190 milhões) e um retorno sobre o patrimônio líquido de 9,38% que na comparação com o IPCA (5,84%) apresentou perda de 3,54 ponto percentual.

O EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) reduziu em 49,0% em 2012, para R\$ 103.968 milhões, contra R\$ 203.842 milhões em 2011. A margem EBITDA em 2012 foi de 9,32 pontos percentuais (14,82% em 2011). A redução fundamenta-se em registro de perdas com contas a receber e, fundamentalmente no aumento do custo de energia elétrica de curto prazo. Observa-se, ainda, que em 2011, os valores de alienação de imóveis foram substancialmente superiores a 2012, o que corroborou os valores maiores de EBITDA para o exercício de 2011.

A receita líquida de vendas do exercício de 2012 foi de R\$ 1.628 bilhão (R\$ 1.375 bilhão em 2011), alta de 17,96% na comparação com o mesmo período de 2011.

#### PRINCIPAIS INDICADORES

Mercado	2012	2011
<b>Número de consumidores*</b>	910.911	880.061
<b>Número de colaboradores</b>	1.234	1.027 *
<b>Área de concessão* (KM²)</b>	5.779,9	5.779,9
<b>Consumo de Energia – Em Milhões MWh*</b>	5.666	5.469

<b>Receita Operacional Bruta</b>	2.430.159	2.104.936
<b>Receita Operacional Líquida <sup>1</sup></b>	1.628.678	1.375.395
<b>Resultado Operacional Líquido</b>	122.023	80.563
<b>EBITDA <sup>2</sup></b>	103.968	203.842
<b>Lucro Líquido Consolidado</b>	74.679	46.132
<b>Atribuído ao acionista controlador</b>	55.499	26.190
<b>Atribuído aos acionistas não controladores</b>	19.180	19.942
<b>Patrimônio Líquido</b>	591.862	518.315

*\* Itens Referentes à CEB Distribuição S.A.*

#### GOVERNANÇA CORPORATIVA

##### Estrutura Societária

A Companhia Energética de Brasília – CEB é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Anônimas, tendo por órgão fiscalizador de suas ações mercadológicas a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, desde seu registro na Entidade em 4 de julho de 1994.

Em atendimento à orientação da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo – BOVESPA, por intermédio do Of. nº 041/2007 – SEQ, de 15 de março de 2007, a CEB, após decisão tomada na 45ª Assembleia Geral Ordinária, agrupou suas ações, a partir de 18 de junho de 2007. Dessa forma foi adotada a cotação unitária, passando o seu capital social a ser representado por 9.183.458 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 4.576.432 ações ordinárias, 1.313.002 ações preferenciais classe “A” e 3.294.024 ações preferenciais classe “B”.

Em 2012, o Capital Social da CEB, no valor de R\$ 342.056.165,62 (trezentos e quarenta e dois milhões, cinquenta e seis mil, cento e sessenta e cinco reais e sessenta e dois centavos) apresentou a seguinte composição:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Governo do Distrito Federal - GDF</b>	4.088.677	89,34	2.265.601	49,18
<b>Outros Acionistas</b>	487.755	10,66	2.341.425	50,82
<b>Total</b>	<b>4.576.432</b>	<b>100,00</b>	<b>4.607.026</b>	<b>100,00</b>

*Fonte: Composição Acionária em 31 de dezembro de 2012.*

#### Estrutura de Governança Corporativa

A Governança Corporativa da CEB é representada pelos relacionamentos da Administração, constituída pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal.

#### Assembleia Geral de Acionistas

Além dos casos previstos em lei, a Assembleia Geral de Acionistas reúne-se, extraordinariamente e, em especial, proceder ao aumento do Capital Social; promover operações de cisão, fusão, transformação ou incorporação; permutar ações ou outros valores mobiliários; reformar o Estatuto Social e deliberar sobre outros assuntos que forem propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

#### Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por nove membros, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral todos com prazo de gestão de dois anos, permitida a reeleição. Dentre os membros do Conselho, um será o Diretor-Presidente da CEB e outro será um funcionário ativo da CEB.

#### Diretoria

A Diretoria é um órgão executivo e constitui-se de um Diretor-Presidente e de três Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 anos, que exercem suas funções em regime de tempo integral, nas seguintes áreas de atividade: Presidência; Diretoria Técnica, Diretoria de Geração e Negócios e Diretoria Administrativo-Financeira e de Relações com Investidores. As decisões regulamentares e estatutárias da Diretoria são tomadas em reunião semanal e constituem o processo deliberativo em que as matérias de interesse de cada Diretoria são submetidas.

#### Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal compõe-se de membros efetivos e respectivos suplentes, residentes no País, acionistas ou não, eleitos por Assembleia Geral Ordinária – AGO para mandato de um ano (compreendido entre as AGO’s), podendo ser reeleitos, observando-se os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente.

#### NEGÓCIOS DA EMPRESA

#### DISTRIBUIÇÃO

##### CEB Distribuição S.A.

A CEB Distribuição S.A. – CEB D, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB, tem como atividade a distribuição e comercialização de energia elétrica no Distrito Federal. É uma sociedade de economia mista, regida pela Lei das Sociedades Anônimas, e segue as orientações do Ministério das Minas e Energia – MME, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A área de concessão abrange todo o Distrito Federal, dividido em 30 Regiões Administrativas, com uma extensão de 5.779,9 km². Suas instalações totalizam 34 subestações de tensões variando entre 15 e 138 kV, atendendo a 910.911 clientes com 1.125 funcionarios e colaboradores em dezembro de 2012.

#### CEB Distribuição S.A. (Em Números) - 2012/2011

Econômico – Financeiro - (R\$ Mil)	2012	2011
<b>Receita Operacional Bruta</b>	2.335.018	2.036.688
<b>Receita Operacional Líquida</b>	1.555.333	1.326.170
<b>Resultado Operacional Líquido</b>	71.627	19.624
<b>EBITDA</b>	43.286	135.255
<b>Lucro Líquido (Prejuízo)</b>	37.016	(3.150)
<b>Patrimônio Líquido</b>	524.322	257.306

*Fonte: Demonstrações Contábeis da CEB Distribuição S.A.*

Os planos da Administração para manutenção das atividades da Companhia consistem na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na recuperação de perdas técnicas e comerciais, na implantação do resultado dos estudos para eficiência empresarial, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão. Assim, o pressuposto é de continuidade normal dos negócios da Companhia. A Administração acredita que a execução de ações para a implementação do seu planejamento, associada ao apoio de seu controlador indireto, Governo do Distrito Federal (GDF), serão suficientes para a continuidade normal das operações no curto prazo e possibilitará colocar a Companhia em um patamar de rentabilidade e segurança financeira no médio e longo prazos. Novas linhas têm sido buscadas para substituírem empréstimos/financiamentos, de forma a convergir na redução de encargos financeiros.

Ainda relativamente ao tema, a Administração da CEB D estabeleceu, em cumprimento ao seu Plano de Expansão e Melhoria do Sistema de Distribuição, consolidado no Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD, compromissos de realizar investimentos estruturantes de forma a garantir energia elétrica com qualidade e confiabilidade exigida para a Capital do País, com o consequente retorno financeiro ao seu acionista.

Como forma de garantir o cumprimento do plano de obras e de outras ações, foi elaborado o Planejamento Estratégico 2012-2015, composto por onze programas estratégicos, cujo objetivo é perseguir a excelência operacional e os mecanismos de gestão da Companhia. O trabalho está em desenvolvimento e abrange toda a cadeia de planejamento e investimentos, incluindo a contabilização dos valores no ativo patrimonial da empresa.

Assim, com o compromisso de recuperar a empresa distribuidora da Capital Federal, a Administração, o acionista CEB e o GDF corroboram com revitalização econômico-financeira e técnica-operacional com vistas à perenidade da CEB D.

#### Mercado

Em 2012, a CEB Distribuição S.A. forneceu 5.666 GWh de energia elétrica a seus clientes, com crescimento de 3,6% em relação a 2011. O número de consumidores cresceu 3,5%, totalizando 910.911 ao final de 2012.

#### Nº de consumidores e consumo - 2012/2011

Classes	Nº de Consumidores		Consumo – GWh	
	2012	2011	2012	2011
<b>Residencial</b>	791.300	762.414	2.074	2.005
<b>Industrial</b>	1.725	1.734	240	232
<b>Comercial</b>	102.508	100.901	1.904	1.832
<b>Rural</b>	9.793	9.561	139	131
<b>Poder Público</b>	5.226	5.097	596	570
<b>Iluminação Pública</b>	19	19	386	364
<b>Serviço Público</b>	293	288	325	334
<b>Próprio</b>	47	47	2	2
<b>TOTAL</b>	<b>910.911</b>	<b>880.061</b>	<b>5.666</b>	<b>5.470</b>

#### Revisão Tarifária

Em 2012 ocorreu a 3ª Revisão Tarifária Periódica da CEB Distribuição S/A, que tem como principal objetivo analisar, após um período previamente definido no Contrato de Concessão, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, calculando a receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados.

A Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio da Resolução Homologatória nº 1.335, de 20 de agosto de 2012, homologou o resultado da 3ª Revisão Tarifária Periódica da CEB D, cujas tarifas vigoram no período de 26/8/2012 a 25/8/2013. O efeito médio percebido pelos consumidores da CEB Distribuição S/A foi de 1,54%, sendo que os consumidores atendidos em alta tensão perceberam um reajuste médio de 2,63%, enquanto os consumidores residenciais e de baixa renda perceberam um reajuste negativo de 0,66%.

Foram aprovados, ainda, os novos limites para os indicadores de qualidade de energia: Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC da concessionária para o período de 2013 a 2016 e, ainda os novos limites de perdas regulatórias da concessionária, bem como um percentual a ser compartilhado com os consumidores da área de concessão da CEB Distribuição S/A decorrente dos ganhos de produtividade. Esse redutor é utilizado no momento dos cálculos para definição das tarifas de energia elétrica.

#### Indicadores de Qualidade DEC e FEC

Os principais indicadores de qualidade do serviço de fornecimento de energia elétrica constantes do Contrato de Concessão e fiscalizados pela ANEEL são o DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e o FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

Em 2012, foi iniciado um programa de obras, com previsão de conclusão em 2013, que prevê a instalação de equipamentos operacionais com tecnologias modernas, reforma das redes de distribuição para padrões de melhor desempenho e entrada em operação de novas Linhas de Distribuição e Subestações, que levará a uma redução dos índices de DEC e FEC, possibilitando que os valores apurados se aproximem dos limites estabelecidos pela ANEEL. No período de janeiro a dezembro de 2012, os valores apurados para os indicadores DEC (20,23) e FEC (18,01).

#### GERAÇÃO

##### CEB Geração S.A.

A CEB Geração S.A., subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB é uma Sociedade por ações, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira.

A Companhia tem como objeto social a geração e a comercialização da energia produzida pela Usina Térmica Brasília, utilizando como combustível óleo diesel e pela Usina Hidrelétrica do Paranoá, com capacidade de 30 MW.

A Usina Termelétrica de Brasília, à base de óleo diesel, com potência instalada de 10 MW, tem sua operação determinada pelo Operador Nacional do Sistema – ONS apenas em situações emergenciais, em decorrência dos elevados custos operacionais. A usina fica em disponibilidade para o sistema interligado nacional.

A Usina Hidrelétrica do Paranoá é responsável por cerca de 2,5% da energia consumida no Distrito Federal, e no ano de 2012, gerou 14,73 MW médios (129.374,3 MWh).

#### CEB Geração S.A. (Em Números) - 2012/2011

Econômico – Financeiro - (R\$ Mil)	2012	2011
<b>Receita Operacional Bruta</b>	15.465	13.054
<b>Receita Operacional Líquida</b>	14.696	12.376
<b>Resultado Operacional Líquido</b>	7.938	7.591
<b>EBITDA</b>	7.727	7.124
<b>Lucro Líquido (Prejuízo)</b>	7.282	6.900
<b>Patrimônio Líquido</b>	13.212	12.672

*Fonte: Demonstrações Contábeis da CEB Geração S.A.*

#### CEB Lajeado S.A.

A CEB Lajeado S.A. é uma sociedade por ações, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 59,93% (cinquenta e nove vírgula noventa e três por cento) das ações ordinárias. A empresa desenvolve atividades de comercialização de 19,80% da energia elétrica produzida pela UHE – Luís Eduardo Magalhães. A Usina,

Econômico – Financeiro - (R\$ Mil)	2012	2011
Receita Operacional Bruta	147.996	128.519
Receita Operacional Líquida	140.897	122.966
Resultado Operacional Líquido	20.252	2.030
EBITDA	90.996	71.613
Lucro Líquido (Prejuízo)	5.194	(5.998)
Patrimônio Líquido	224.376	219.675

Fonte: Demonstrações Contábeis da Corumbá Concessões S.A.

#### Energética Corumbá III S.A.

A Energética Corumbá III S.A. é uma sociedade por ações, constituída em 25 de julho de 2001. A empresa é concessionária de serviços públicos de energia elétrica, na condição de produtora independente, com prazo de concessão a encerrar-se em 2036, para a exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Corumbá III. A Companhia está autorizada a explorar, o Aproveitamento Hidrelétrico Corumbá III, com potência instalada de 93,6 MW, localizado no Rio Corumbá, município de Luziânia, Estado de Goiás.

A Empresa detém 40% do Consórcio Empreendedor UHE Corumbá III, tendo como consorciada a empresa Neoenergia S.A., com parcela restante de 60%.

#### Energética Corumbá III S.A. (Em Números) - 2012/2011

Econômico – Financeiro - (R\$ Mil)	2012	2011
Receita Operacional Bruta	33.677	30.836
Receita Operacional Líquida	32.126	29.417
Resultado Operacional Líquido	14.614	9.449
EBITDA	24.794	20.646
Lucro Líquido (Prejuízo)	13.485	8.427
Patrimônio Líquido	138.532	127.426

Fonte: Demonstrações Contábeis da Energética Corumbá III S.A.

#### EMPRESA LIGADA

##### BSB Energética S.A.

A BSB Energética S.A. é uma sociedade por ações, constituída em 24 de março de 2000, para explorar Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, com potência global máxima instalada de 200 MW e, estatutariamente, está autorizada a participar de outros empreendimentos ou sociedades, seja como acionista ou quotista.

Em 2006, ao associar-se com outras empresas que possuam concessões, projetos e licenças ambientais de empreendimentos de mesma natureza, PCHs, a BSB Energética S.A. passou a deter participação acionária na Brasil PCH S.A. Em razão do cenário tarifário adverso à alternativa PCH, houve a decisão empresarial dos acionistas de não dar continuidade à prospecção de novos aproveitamentos hidrelétricos, restando investimentos finais de pequena expressão com vistas à finalização de projetos em andamento.

#### BSB Energética S.A. (Em Números) - 2012/2011

Econômico – Financeiro - (R\$ Mil)	2012	2011
Resultado Operacional Líquido	1.415	6.306
Lucro Líquido (Prejuízo)	1.415	6.306
Patrimônio Líquido	21.718	26.878

Fonte: Demonstrações Contábeis da BSB Energética S.A.

#### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O relatório de desempenho apresenta os números consolidados da Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB e suas controladas, referente ao exercício encerrado em 31/12/2012 e comparado com o exercício encerrado em 31/12/2011.

##### Desempenho Operacional

Quantidade de Consumidores por Classe

Classe de Consumidores	Consumidores		Δ Ano
	2012	2011	
Residencial	791.300	762.414	3,80%
Comercial	102.508	100.901	1,60%
Rural	9.793	9.561	2,40%
Poder Público	5.226	5.097	2,50%
Industrial	1.725	1.734	-0,50%
Serviço Público	293	288	1,70%
Iluminação Pública	19	19	0,00%
(=) Fornecimento faturado	910.864	880.014	3,50%
Consumo Próprio	47	47	0,00%
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	910.911	880.061	3,50%

Classe de Consumidores	MWh		Δ Ano
	2012	2011	
Residencial	2.074.439	2.005.410	3,40%
Comercial	1.903.666	1.831.741	3,90%
Poder Público	596.475	569.703	4,70%
Iluminação Pública	385.590	364.038	5,90%
Serviço Público	324.974	333.660	-2,60%
Industrial	240.060	231.665	3,60%
Rural	138.717	131.370	5,60%
(=) Fornecimento faturado	5.663.921	5.467.587	3,60%
Consumo Próprio	1.841	1.866	-1,30%
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	5.665.762	5.469.453	3,60%

Em 2012, a base de consumidores apresentou um aumento de 3,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior, atingindo um total de 910.864 mil consumidores (desconsiderando o Consumo Próprio). Do total de Consumidores no final de 2012, 87% pertenciam à classe Residencial e 11% à classe Comercial. Os demais consumidores representavam 2%.

A quantidade de energia vendida no ano de 2012 atingiu 5.663.921 MWh (desconsiderando o Consumo Próprio) e apresentou um crescimento de 3,6% quando comparado a 2011.

##### Resultados Consolidados

##### Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta consolidada em 2012 totalizou R\$ 2.430,1 milhões, R\$ 325,2 milhões (15,45%) superior a receita obtida em 2011. As principais razões para o aumento decorreram da construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 2.268,3 milhões, crescimento de R\$ 280,6 milhões (14,1%) quando comparado ao exercício de 2011.

Receita Bruta - R\$ Mil	2012	2011	Δ Ano
Fornecimento de Energia Elétrica	2.031.455	1.847.939	9,90%
Receita de Construção	161.802	117.189	38,10%
Energia de Curto Prazo	85.708	14.118	507,10%
Receita de Prestação de Serviços	54.637	36.825	48,40%
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	35.306	32.625	8,20%
Suprimento de Energia	29.259	25.993	12,60%
Receita de Venda de Gás	6.358	7.938	-19,90%
Outras Receitas Operacionais	25.634	22.309	14,90%
Receita Operacional Bruta	2.430.159	2.104.936	15,50%
Impostos e Deduções	(801.481)	(729.541)	9,90%

Receita Operacional Líquida	2012	2011	Δ Ano
Receita Operacional Líquida	1.628.678	1.375.395	18,40%

##### Fornecimento de Energia Elétrica

Em 2012, a receita bruta de fornecimento de energia elétrica foi de R\$ 2.031,4 milhões, R\$ 183,5 milhões (9,9%) superiores à obtida em 2011. As principais razões para o aumento verificado em 2012 quando comparado a 2011 foram:

- Reajuste tarifário médio de 1,54%, autorizado pela ANEEL, sendo que os consumidores atendidos em alta tensão perceberam um reajuste médio de 2,63%, enquanto os consumidores residenciais e de baixa rede (BT) perceberam um reajuste negativo de 0,66%.
- Aumento da base de consumidores 3,5% o que representa um aumento físico de 30.850 mil unidades consumidoras.
- O consumo em MWh aumentou 3,6%, atingindo 5.663.621 MWh em 2012 (5.467.587 MWh em 2011).

##### Receita de prestação de serviços

No acumulado do ano a receita de prestação de serviços alcançou o montante de R\$ 54,6 milhões um aumento de R\$ 17,8 milhões (48,4%) na comparação com o mesmo período do ano anterior. Este aumento reflete o maior volume de serviços e obras no ano de 2012.

##### Suprimento de energia

A receita de suprimento de energia em 2012 foi de R\$ 29,3 milhões (R\$ 26,0 milhões em 2011), superior em 3,3 milhões (12,6%) quando comparada a receita de 2011 e justificada pela elevação dos preços praticados no período.

##### Energia de curto prazo

A receita de energia de curto prazo em 2012 atingiu R\$ 85,7 milhões em 2012 (R\$ 14,1 milhões em 2011) superior em R\$ 71,6 milhões (507,0%) quando comparando a receita obtida em 2011. As causas que levaram a este aumento principalmente no 4T12 foram:

- O PLD mensal ao longo de 2012 teve um comportamento crescente, saindo no início do ano de R\$23,14/MWh nos submercados Sudeste e Sul atingindo R\$375,54/MWh no mês de novembro e fechando dezembro em R\$259,57,00/MWh. Apenas os meses de junho e julho tiveram uma redução na tendência de crescimento.
- A elevação abrupta, acima dos R\$300,00/MWh no quarto trimestre de 2012, deve-se às vazões abaixo da média histórica ao longo deste período e ao baixo nível dos reservatórios.
- Em relação aos montantes contratuais estes são definidos para cobrir a previsão do mercado anual com variação máxima de +3% e sazonalidades, também para atender o crescimento de mercado previsto mês a mês de cada ano. A característica que marcou o quarto trimestre foi que o crescimento da energia requerida pela CEB se verificou abaixo da previsão, resultando em sobras de contratos que, conforme regras do mercado, foram liquidadas positivamente para a CEB num período de PLD alto, o que resulta em valores financeiros acima da média dos trimestres anteriores.

##### Custos e despesas operacionais (Exclui Depreciação e Amortização)

Os custos e despesas operacionais consolidados, que desconsideram as depreciações e amortizações do período no montante de R\$ 48,4 milhões, totalizaram em 2012 R\$ 1.540,1 milhões, um aumento de R\$ 318,5 milhões (26,1%) em relação ao montante apresentado em 2011.

R\$ Mil	2012	2011	Δ Ano
<b>Custo da Energia Comprada</b>			
Energia elétrica comprada para revenda	(669.811)	(540.654)	23,90%
Energia de uso da rede elétrica	(156.761)	(143.673)	9,10%
Energia elétrica comprada para revenda – Curto Prazo	(76.978)	(10.451)	636,60%
Subtotal	(903.550)	(694.778)	30,00%
<b>Demais Custos e Receitas/(Despesas) Operacionais</b>			
Pessoal e Administradores	(171.780)	(151.606)	13,30%
Serviço de Terceiros	(155.841)	(145.757)	6,90%
Custo de Construção - concessão	(161.802)	(117.189)	38,10%
(Provisão) / Reversão para Devedores Duvidosos	(52.678)	(27.497)	91,60%
Arrendamento	(49.612)	(38.920)	27,50%
Material	(8.284)	(8.170)	1,40%
Entidade de Previdência Privada	(6.829)	(5.927)	15,20%
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	(6.436)	(6.826)	-5,70%
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica	(3.430)	(2.909)	17,90%
Outras (Despesas) / Receitas Operacionais	(19.832)	(22.008)	-9,90%
Subtotal	(636.524)	(526.809)	20,80%
<b>Total</b>	<b>(1.540.074)</b>	<b>(1.221.587)</b>	<b>26,10%</b>

O aumento de 26,1% deve-se, principalmente, ao crescimento dos custos/despesas a seguir:

**Custo da Energia Elétrica Comprada para Revenda:** apresentou no ano de 2012 um crescimento de R\$ 208,8 milhões (30,0%) em relação ao total dos custos de 2011. Os principais ofensores que contribuíram para a elevação destes custos foram:

- Aumento nos Contratos de Disponibilidades, que somente no 2T12 tiveram acréscimo de 45,5% em relação ao 1T12;
- Aumento nos valores de aquisição de energia elétrica das Termoeletricas que tem contratos com o sistema elétrico. Para o cumprimento do contrato pactuado as Termoeletricas adquirem energia no mercado acima do valor do contrato e, para não terem prejuízo, entram com pedido de liminar na CCEE, o que fez com que a Controlada CEB-D tivesse um custo maior na compra de energia para revenda.

**Serviços de Terceiros:** apresentou um aumento de R\$ 10,0 milhões (6,9%) em comparação com o ano anterior. Os serviços que geraram este acréscimo foram:

- Manutenção/Serviços da Planta de IP (Iluminação Pública) R\$ 6,8 milhões
- Manutenção da Planta de Distribuição R\$ 1,8 milhão
- Recebimento de Fatura de Energia Elétrica R\$ 1,4 milhão
- Serviço de Leitura de Medidores R\$ 2,2 milhões
- Serviço de Consultoria R\$ 1,7 milhão
- Serviços Contratados R\$ 1,6 milhão

Os acréscimos foram parcialmente compensados pela redução dos serviços a seguir:

- Processamento de Dados R\$ 6,0 milhões
- Serviços Comerciais R\$ 5,4 milhões

No acumulado do ano, os serviços de terceiros totalizaram R\$ 155,8 milhões contra R\$ 145,7 milhões no ano de 2011.

**Custo de Construção – Concessão:** apresentou um acréscimo de R\$ 44,6 milhões (38,1%) em relação ao custo apresentado em 2011. Este item não impacta o resultado, devido à receita de construção ser reconhecida no mesmo valor do Custo de Construção.

**Provisão para Devedores Duvidosos/Perdas:** Apresentou um acréscimo líquido das reversões de R\$ 25,1 milhões em relação ao valor provisionado em 2011. Os eventos que geraram este aumento foram: baixa por perda de contas a receber líquida das reversões no valor de R\$ 33,4 milhões referente a acréscimos moratórios sobre contas de energia e pela constituição de PDD sobre fatura de serviços de Iluminação Pública no valor de R\$ 18,8 milhões dado ao não reconhecimento da dívida pela Secretaria de Obras do Governo de Distrito Federal.

**Pessoal e Administradores:** apresentou em 2012 um aumento de R\$ 20,1 milhões (13,3%) em relação ao montante apresentado em 2011. Esta variação ocorreu em função do reajuste salarial ocorrido no 4T12 com a aprovação do acordo coletivo. O aumento concedido colaboradores do Grupo CEB foi de INPC (5,99%) mais ganho real de 1%. Além do aumento concedido em 2012, ocorreram durante o exercício pagamento de benefícios negociados no acordo coletivo de 2011.

**Arrendamento:** acréscimo de R\$ 10,6 milhões (27,5%) ocorreu em função do reajuste anual previsto em contrato que serviu como base para aplicação do índice (IPCA) sobre o valor do Imobilizado líquido no final do exercício. No ano a despesa com arrendamento foi de R\$ 49,6 milhões (38,9 milhões em 2011) um acréscimo de (27,5%).

Os acréscimos foram parcialmente compensados pelos seguintes eventos:

- Reversão na provisão de devedores duvidosos no valor de R\$ 17,0 milhões, em função do acordo realizado com a Brasil Telecom S.A.(Oj) para quitação de débitos; e,
- Venda de bens do Imobilizado que gerou um ganho de R\$ 14,3 milhões.

##### Depreciação / Amortização

A despesa com depreciação e amortização atingiu R\$ 48,4 milhões em 2012, uma redução de R\$ 16,1 milhões (-24,9%) em relação ao total apresentado em 2011. A redução ocorreu em função das alterações nas taxas de depreciação/amortização regulamentada pela ANEEL e recálculo da depreciação/amortização dos bens de concessão.

R\$ mil	2012	2011	Δ Ano
Depreciação/Amortização	48.486	64.590	-24,90%

##### Resultado Financeiro

A receita financeira líquida em 2012 foi de R\$ 66,5 milhões (R\$ 58,6 milhões de despesas financeiras líquidas em 2011), um acréscimo de R\$ 125,2 milhões em relação ao resultado gerado em 2011. O aumento ocorreu em função da contabilização da atualização a valor justo do Ativo Financeiro Indenizável da Concessão, que foi recalculado e tem como base o VNR (Valor Novo de Reposição). No cálculo anterior a base usada foi o Custo do Imobilizado.

Receitas Financeiras	2012	2011	Δ Ano
Atualização a Valor Justo - Ativo Financeiro Indenizável - Concessão	108.018	-	100%
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	13.112	13.715	-4,40%
Acrescimos Moratórios em Conta de Energia	12.114	8.605	40,80%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	4.651	6.492	-28,40%
Multas e Penalidades Aplicadas	2.343	2.612	-10,30%
Outras Receitas Financeiras	1.279	525	143,60%
<b>Total</b>	<b>141.517</b>	<b>31.949</b>	<b>342,90%</b>
<b>Despesas Financeiras</b>			
Encargos de Dívidas	(39.117)	(52.488)	-25,50%
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos	(24.196)	(25.878)	-6,50%
Atualização de Benefício pós-emprego	(7.283)	(7.698)	-5,40%
Outras Despesas Financeiras	(4.380)	(4.574)	-4,20%
<b>Total</b>	<b>(74.976)</b>	<b>(90.638)</b>	<b>-17,30%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>66.541</b>	<b>(58.689)</b>	<b>-213,40%</b>

As principais variações no resultado financeiro ocorreram nos seguintes itens:

- Atualização a Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão no valor de R\$ 108,0 milhões;
- Redução dos Encargos da Dívida em R\$ 13,3 milhões (-25,5%);
- Redução dos Rendimentos de aplicação financeira em R\$ 1,8 milhão (-28,4%); e,
- Aumento Acrescimos Moratórios em Conta de Energia no valor de R\$ 3,5 milhões (40,8%).

##### EBITDA (LAJIDA)

O EBITDA de 2012 foi de R\$ 103,9 milhões (R\$ 203,8 milhões em 2011), uma redução de R\$ 99,8 milhões (-49,0%) em relação ao EBITDA de 2011, que teve como principais ofensores os seguintes eventos:

- A constituição de provisão para devedores duvidosos e a baixa por perdas com contas a receber no total líquido de R\$ 52,2 milhões; e,
- Aumento do custo de energia comprada para revenda que na comparação com o EBITDA de 2011 foi R\$ 208,7 milhões superior.

Se compararmos o EBITDA ajustado, desconsiderando o ganho na venda de bens, o EBITDA em 2012, apresenta uma redução de R\$ 58,7 milhões (-39,5%). A margem EBITDA em 2012 foi de 9,01% contra 14,80% registrada em 2011.

R\$ mil	2012	2011
<b>Lucro Consolidado do Período</b>	74.679	46.132
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	47.344	34.431
(+) Resultado Financeiro	(66.541)	58.689
(+) Depreciação / Amortização	48.486	64.590
<b>EBITDA</b>	<b>103.968</b>	<b>203.842</b>
<b>Itens não Recorrentes</b>		
(-) Ganho na Venda de Bens	(14.281)	(55.414)
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>89.687</b>	<b>148.428</b>
<b>Margem EBITDA %</b>	6,38	14,80
<b>Margem EBITDA Ajustado %</b>	5,51	10,77

##### Lucro Líquido Consolidado

O lucro líquido Consolidado para no ano de 2012 atingiu R\$ 74,6 milhões (R\$ 46,1 milhões em 2011) sendo que R\$ 55,4 milhões foram atribuídos ao acionista controlador. O resultado do exercício de 2012, foi influenciado pela contabilização da atualização do valor justo do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão, que foi calculado com base no VNR (Valor Novo de Reposição), conforme determinação da Agência Reguladora.

R\$ mil	2012	2011
<b>Lucro Consolidado do Período</b>	74.679	46.132
<b>Margem Líquida</b>	3,42%	1,90%
<b>Lucro atribuído aos controladores</b>	55.499	26.190
<b>Lucro Líquido por ação (R\$)</b>	6,04337	2,85187

##### Outros Indicadores

##### Endividamento

A dívida bruta consolidada apresentou uma redução de R\$ 3,6 milhões (-0,9%) em relação a dezembro de 2011. A dívida líquida em dezembro de 2012 representava 2,3 EBITDA contra 1,8 em dezembro de 2011.

R\$ mil	2012	2011	Δ Ano
<b>Curto Prazo</b>	106.013	127.599	-16,92%
<b>Longo Prazo</b>	315.813	297.884	6,02%
<b>Lucro Líquido Total</b>	421.826	425.483	-0,86%
(-) Caixa Disponível (R\$ mil)	185.433	66.748	177,81%
= Dívida Líquida (R\$ mil)	236.393	358.735	-34,10%
<b>Dívida Líquida / EBITDA</b>	<b>2,3</b>		

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012**

<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS</b> (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).					
<b>ATIVO</b>					
Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	88.787	3.467	185.433	66.748
Contas a Receber	6	3.348	27.480	308.111	306.169
Aplicações Financeiras	9			9.805	
Estoques		929	1.557	8.540	9.108
Tributos e Contribuições Compensáveis	7	8.661	5.809	25.372	24.242
Demais Créditos	8	11.270	11.485	33.274	51.017
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>112.995</b>	<b>49.798</b>	<b>570.535</b>	<b>457.284</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Aplicações Financeiras	9			1.722	10.371
Contas a Receber	6			98.462	117.568
Depósitos e Bloqueios Judiciais	10	4.467	74	11.768	5.499
Tributos e Contribuições Compensáveis	7			8.897	15.955
Ativos Mantidos para Venda	11		2.850	1.714	278.965
Ativo Financeiro Indenizável	12			622.486	374.965
Demais Créditos	8	255	66	1.702	16.969
		<b>4.722</b>	<b>2.990</b>	<b>746.751</b>	<b>820.292</b>
Investimentos	13	866.198	589.467	608.002	311.208
Imobilizado	14	14.869	11.819	198.201	193.114
Intangível	15		1	300.930	388.387
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>885.789</b>	<b>604.277</b>	<b>1.853.884</b>	<b>1.713.001</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>998.784</b>	<b>654.075</b>	<b>2.424.419</b>	<b>2.170.285</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

<b>DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS</b> (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>					
Custo com Energia Elétrica	25a	45.170	27.380	1.628.678	1.375.395
Custo de Operação	25b			(903.550)	(694.778)
Custo do serviço prestado a terceiros	25c			(361.580)	(343.854)
	25c	(31.948)	(27.301)	(37.929)	(31.090)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>13.222</b>	<b>79</b>	<b>325.619</b>	<b>305.673</b>
<b>RECEITAS/ (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>45.723</b>	<b>27.496</b>	<b>(270.137)</b>	<b>(166.421)</b>
Despesas com vendas	25c	(18.894)		(110.525)	(83.734)
Despesas gerais e administrativas	25c	(9.268)	(5.811)	(174.976)	(132.721)
Resultado de Equivalência Patrimonial	13	75.973	31.416	18.015	13.666
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	25d	(2.088)	1.891	(2.651)	36.368
Outras Despesas Operacionais		(2.088)	(853)	(61.347)	(81.117)
Outras Receitas Operacionais			2.744	58.696	117.485
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>58.945</b>	<b>27.575</b>	<b>55.482</b>	<b>139.252</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS</b>	25e	<b>(3.357)</b>	<b>(1.004)</b>	<b>66.541</b>	<b>(58.689)</b>
Receitas financeiras		1.124	244	141.517	31.949
Despesas financeiras		(4.481)	(1.248)	(74.976)	(90.638)
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS</b>		<b>55.588</b>	<b>26.571</b>	<b>122.023</b>	<b>80.563</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	17	<b>(89)</b>	<b>(381)</b>	<b>(47.344)</b>	<b>(34.431)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente		(89)	(381)	(21.864)	(23.185)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido				(25.480)	(11.246)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>55.499</b>	<b>26.190</b>	<b>74.679</b>	<b>46.132</b>
Atribuído aos acionistas da empresa controladora				55.499	26.190
Atribuído aos acionistas não controladores				19.180	19.942
<b>LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO EM REAIS:</b>					
Ações ordinárias – básicas		6,04369	2,85201	6,04369	2,85201
Ações ordinárias – diluídas		6,04369	2,85201	6,04369	2,85201
Ações preferenciais – básicas		6,04369	2,85201	6,04369	2,85201
Ações preferenciais – diluídas		6,04369	2,85201	6,04369	2,85201

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

<b>DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES</b> (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
Lucro Líquido do Período	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
55.499	26.190	74.679	46.132	
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>				
Resultado Abrangente do Exercício	55.499	26.190	74.679	46.132
Atribuído aos Acionistas da Empresa Controladora			55.499	26.190
Atribuído aos Acionistas Não Controladores			19.180	19.942

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

<b>DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> (em milhares de reais)									
	Atribuído aos acionistas controladores							Participação de acionistas não controladores	Total do Patrimônio líquido
	Capital Social	Recursos destinados a aumento de capital	Reservas de Lucros	Dividendos Adicionais Propostos	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Subtotal		
	Legal	Lucros a Realizar Retenção de Lucros							
<b>SALDO EM 31.12.2010</b>	<b>342.056</b>	<b>11.994</b>	<b>1.941</b>	<b>27.659</b>	<b>188.817</b>	<b>(79.495)</b>	<b>492.972</b>	<b>231.637</b>	<b>724.609</b>
Aumento de Capital								166	166
Lucro Líquido do Exercício					26.190	26.190	19.942	46.132	46.132
Perda de Capital por Integralização de Capital em Controlada					(847)	(847)	(847)	(847)	(847)
<b>Destinação de Resultado</b>									
Dividendos Adicionais Pagos de Exercícios Anteriores								(9.883)	(9.883)
Dividendos Declarados								(1.732)	(1.732)
Remuneração a Partes Beneficiárias								(5.566)	(5.566)
Juros s/ Capital Próprio Creditados								(6.848)	(6.848)
<b>SALDO EM 31.12.2011</b>	<b>342.056</b>	<b>11.994</b>	<b>1.941</b>	<b>27.659</b>	<b>187.970</b>	<b>(53.305)</b>	<b>518.315</b>	<b>227.716</b>	<b>746.031</b>
Lucro Líquido do Exercício					55.499	55.499	19.180	74.679	74.679
Ganho na Variação de Percentual de Participação em Coligada					18.623	18.623		18.623	18.623
Reserva Reflexa - Equivalência Patrimonial Controladas					(28)	(28)	(22)	(22)	(50)
Transferência Para o Passivo Circulante	(25)						(25)	(25)	(25)
<b>Destinação de Resultado</b>									
Reserva Legal	109	(27.659)		29.222		(2.194)		(16.750)	(17.272)
Dividendos Declarados		109				(109)		(522)	(522)
Dividendos Adicionais Propostos		(27.659)		29.222		(1.563)			
Dividendos Adicionais Pagos de Exercícios Anteriores								(5.836)	(5.836)
Juros s/ Capital Próprio Creditados								(6.978)	(6.978)
Remuneração a Partes Beneficiárias								(3.936)	(3.936)
<b>SALDO EM 31.12.2012</b>	<b>342.056</b>	<b>11.969</b>	<b>2.050</b>	<b>29.222</b>	<b>206.565</b>	<b>591.862</b>	<b>230.124</b>	<b>821.986</b>	<b>821.986</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 – (valores expressos em milhares de Reais)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS**

**1.1. Objetivo Social**  
A Companhia Energética de Brasília – CEB (“Companhia” ou “CEB”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, com sua sede social localizada na cidade de Brasília, no Distrito Federal, no endereço SIA – Área de Serviços Públicos – Lote C, controlada pelo Governo do Distrito Federal e registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A CEB tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócio-quotista ou acionista e a exploração direta ou indireta, conforme o caso, de serviços e energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como serviços correlatos.

**1.2. Participações societárias**

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão representadas conforme a seguir:

EMPRESA PARTICIPAÇÕES DIRETAS EM CONTROLADAS	ATIVIDADE	31/12/2012	31/12/2011
CEB Distribuição S.A.	Distribuição	100%	100%
CEB Geração S.A.	Geração	100%	100%
CEB Participação S.A.	Comercialização	100%	100%
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93%	59,93%
Companhia Brasileira de Gás	Gás	17%	17%
<b>Em controlada em conjunto</b>			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50%	37,50%
<b>Em coligada</b>			
Corumbá Concessões S.A.	Geração	47,57%	39,07%
<b>Participações indiretas em coligada</b>			
Investco S.A.	Geração	11,99%	11,99%

<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS</b> (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).					
<b>PASSIVO</b>					
Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	16	2.972	7.795	168.579	155.447
Obrigações Tributárias	17	1.676	1.597	98.912	121.542
Encargos Regulatórios	18			99.557	122.412
Empréstimos e Financiamentos	19	16.962	1.355	106.013	127.599
Obrigações Societárias		574	14	14.811	17.495
Obrigações Sociais e Trabalhistas		127	1	29.021	22.725
Benefícios Pós Emprego	20			56.126	53.082
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	21	9.244	7.196	12.924	11.519
Demais Obrigações	22	386	225	29.349	25.944
		<b>31.941</b>	<b>18.183</b>	<b>615.292</b>	<b>657.765</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Passivo Fiscal Diferido	17	97.269	97.577	136.157	110.589
Empréstimos e Financiamentos	19	65.712		315.813	297.884
Benefícios Pós Emprego	20			163.680	199.502
Encargos Regulatórios	18			109.881	92.037
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	21			41.253	36.426
Demais Obrigações	22	212.000	20.000	220.357	30.051
		<b>374.981</b>	<b>117.577</b>	<b>987.141</b>	<b>766.489</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital Social		342.056	342.056	342.056	342.056
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		11.969	11.994	11.969	11.994
Ajuste de Avaliação Patrimonial		206.565	187.970	206.565	187.970
Reserva de Lucros		2.050	29.600	2.050	29.600
Dividendos Adicionais Propostos		29.222		29.222	
Prejuízos Acumulados			(53.305)		(53.305)
<b>Atribuível aos acionistas controlador</b>		<b>591.862</b>	<b>518.315</b>	<b>591.862</b>	<b>518.315</b>
<b>Atribuível aos acionistas não controladores</b>				<b>230.124</b>	<b>227.716</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>591.862</b>	<b>518.315</b>	<b>821.986</b>	<b>746.031</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>998.784</b>	<b>654.075</b>	<b>2.424.419</b>	<b>2.170.285</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO</b> (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	Controladora		Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>					
Recebimento de Consumidores		54.927	27.360	2.371.496	2.192.423
Fornecedores - Materiais e Serviços		(43.090)	(31.598)	(209.527)	(174.739)
Fornecedores - Energia Elétrica				(986.080)	(856.111)
Contribuição de Iluminação Pública				(146.763)	(112.092)
Salários e Encargos Sociais		(5.118)	(4.931)	(240.254)	(221.267)
Rendimento de Aplicações Financeiras		351	169	3.042	4.752
Pagamentos de encargos da dívida		(2.535)	(975)	(39.558)	(50.014)
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Recebidos		22.012	35.335	8.183	4.481
Impostos e Contribuições		(6.815)	(8.825)	(563.839)	(476.552)
Encargos Setoriais				(161.831)	(157.862)
Outras Despesas		(5.540)	(1.642)	(54.335)	(62.390)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>14.192</b>	<b>14.893</b>	<b>(19.466)</b>	<b>90.629</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>					
Aquisição de Imobilizado		(12)		(90.915)	(81.149)
Alienação de Imobilizado				56.269	20.413
Aquisição de Investimentos			(71)		(71)
Alienação de Investimentos					113
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		(204.504)	(25.500)	(4)	
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</b>		<b>(204.516)</b>	<b>(25.571)</b>	<b>(34.650)</b>	<b>(60.694)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>					
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos		(1)		(18.963)	(15.455)
Empréstimos e Financiamentos Obtidos		85.000		220.015	103.031
Amortização de empréstimos e financiamentos		(1.355)	(7.		





Receta Operacional Bruta e Despesas Financeiras no exercício de 2011, estão sendo reclassificadas para as rubricas de Outras Receitas Operacionais e Outras Despesas Operacionais, respectivamente.

**b) Demonstração do Valor Adicionado**

As Compensações por Descontinuidade de Energia que foi divulgada como Despesas Financeiras no exercício de 2011, está sendo rerepresentada na rubrica de Insumos Adquiridos de Terceiros – Outros.

**c) Demonstração dos Fluxos de Caixa**

Foram reclassificados os saldos dos pagamentos realizados aos fornecedores de expansão (investimento), que estavam alocados na atividade operacional e que deveriam ter sido classificados como atividade de investimento.

**4. GESTÃO DE RISCO**

**4.1. Fatores de risco**

A Administração da CEB e de suas controladas têm total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada Empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, por meio de seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração. A CEB somente contrata recursos em moeda nacional, com taxas pré-fixadas, visando à garantia do resultado esperado nas operações e suas correspondentes liquidações. Dessa forma, a Administração entende que os riscos são minimizados e as operações do Grupo não correm riscos adicionais.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

**a) Risco de Crédito**

A CEB Distribuição S.A. – A CEB D está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor, a concessionária tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas. Com 75% do consumo de energia baseado nos consumidores residenciais, comerciais e industriais, a concessionária bem como o Grupo apresentam níveis baixos de risco de crédito. Seus maiores devedores continuam sendo os órgãos públicos, responsáveis por cerca de 20% do consumo total. Na Nota Explicativa nº 2.7 estão descritos os critérios e os valores registrados relativos à imparidade da carteira de inadimplência. Com relação aos procedimentos de cobrança, a Administração efetua o acompanhamento sistemático e individual junto aos seus clientes, encaminhando ao Carereza de inadimplências persistentes. A CEB D possui, ainda, linha de parcelamento a eventuais devedores, objetivando manter liquidez de seus faturamentos.

Controladas e Coligadas e Controladas em conjunto – São empresas que possuem como principal cliente a CEB Distribuição S.A. O principal fator mitigador de risco é a forte regulamentação setorial, uma vez que os custos dessas contratações estão incorporados na Parcela "A" das tarifas da distribuidora, garantindo o efetivo repasse mensal dos fornecimentos realizados.

Além dos aspectos avaliativos, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela forte regulação setorial emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante a concessionária riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de rating. Destaca-se, finalmente, que a distribuidora, utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

**b) Risco de liquidez**

O Grupo, em especial a CEB Distribuição S.A., tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia, denominado COEX – Colegiado de Executivos, que recomenda ações à Administração.

No que concerne ao acompanhamento de caixa, a Administração tem buscado efetividade no gerenciamento orçamentário, com a contratação de recursos de baixo custo financeiro visando ao financiamento de seu CAPEX.

Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão, cujo término do atual contrato ocorrerá em julho de 2015. Assim, as demonstrações financeiras dessa investida foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando.

O fluxo de pagamentos para os passivos financeiros de todo o Grupo é apresentado como segue:

PASSIVOS FINANCEIROS NÃO DERIVATIVOS (CONSOLIDADO)	VALOR	ATÉ 6 MESES	DE 6 MESES A 1 ANO	DE 1 A 2 ANOS	DE 2 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Fornecedores	168.579	146.664	21.915			
Obrigações Tributárias	235.069	98.912		136.157		
Encargos Regulatórios	209.438		99.557	109.881		
Empréstimos e Financiamentos	421.826	63.792	42.221	106.006	170.027	39.780
Obrigações Societárias	14.811	14.811				
Obrigações Sociais e Trabalhistas	29.021	14.511	14.511			
Benefícios Pós Emprego	219.806	22.965	22.965	91.860	82.016	
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	54.177			54.177		
Demais Obrigações	249.706	29.349		220.357		
<b>Total</b>	<b>1.602.433</b>	<b>391.003</b>	<b>201.169</b>	<b>718.438</b>	<b>252.043</b>	<b>39.780</b>

**c) Risco de taxa de juros**

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem relevantemente os créditos a receber na data-base do balanço e os empréstimos passivos. Vide detalhamento desses encargos nas Notas 6 e 19, respectivamente.

Consequentemente, as variações positivas e negativas dos indexadores e juros atreladas a esses ativos e passivos afetam diretamente o resultado do Grupo. Demonstramos a seguir a análise de sensibilidade das variações das taxas:

**(c1) Análise de Sensibilidade**

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações do CDI, TJLP e IGPM. A taxa estimada de CDI em 31 de dezembro de 2013, da ordem de 7,06% a.a., de acordo com dados do Relatório Focus do Banco Central. No caso, a TJLP atribuiu-se a taxa de 5,00% a.a. e para o IGPM a estimativa é de 4,96% a.a.

Com o cenário apresentado para a Companhia e suas controladas, elaborou-se uma análise dos efeitos nos Empréstimos e Financiamentos advindos de uma alta nas taxas de CDI, TJLP e IGPM em relação a 31 de dezembro de 2012, considerando os cenários possível e remoto, respectivamente. A análise para os demais itens patrimoniais não são relevantes.

Nesses cenários, possível e remoto, as taxas estimadas em 31 de dezembro de 2013 seriam:

	POSSÍVEL	REMOTO
CDI	9,50%	11,40%
TJLP	6,25%	7,50%
IGPM	6,20%	7,44%

Fica registrado que os empréstimos contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2012		
	Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
	7,06%	9,50%	11,40%
228.921	245.083 (16.162)	249.123 (20.202)	253.164 (24.243)

Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2011		
	Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
	9,00%	11,25%	13,50%
227.634	248.121 (20.487)	253.243 (25.609)	258.365 (30.731)

Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2012		
	Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
	5,00%	6,25%	7,50%
135.767	142.555 (6.788)	144.252 (8.485)	145.950 (10.183)

Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2011		
	Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
	6,00%	7,50%	9,00%
131.946	139.863 (7.917)	146.790 (14.844)	149.759 (17.813)

Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2012		
	Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
	4,96%	6,20%	7,44%
60.112	63.094 (2.982)	63.839 (3.727)	64.584 (4.472)

Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2011		
	Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
	4,92%	6,15%	7,38%
64.552	67.728 (3.176)	68.522 (3.970)	69.316 (4.764)

**Impactos no Resultado**

	31/12/2012	31/12/2011
--	------------	------------

**CENÁRIO POSSÍVEL - CENÁRIO PROVÁVEL**

CDI	4.040	5.122
TJLP	1.697	6.927
IGPM	745	1.887

**CENÁRIO REMOTO - CENÁRIO PROVÁVEL**

CDI	8.699	10.244
TJLP	3.394	9.896
IGPM	1.491	1.588

**d) Risco Cambial**

Relativamente à aquisição de energia para revenda, a CEB Distribuição S.A. está exposta à oscilação cambial em cerca de 20% do custo total das aquisições, em função da energia oriunda da Itaipu Binacional ter cotação em dólares estadunidenses.

A exposição é minimizada pela Compensação Financeira de Variação dos Itens da Parcela "A", mecanismo setorial que compensa variações financeiras ocorridas durante o exercício tarifário que, no caso da Distribuidora, situa-se entre os meses de agosto e julho. Nesse sentido, com a garantia de reposição de eventuais perdas financeiras relacionadas ao evento citado, por força das normas do Órgão Regulador, ANEEL, a concessionária não contrata mecanismos de proteção (hedge) para as variações cambiais. Observa-se que não há identificação de outros itens sujeitos à proteção cambial nas demonstrações financeiras da Companhia.

A CEB Distribuição S.A. desenvolveu análise de sensibilidade, conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM por meio da Instrução nº 475, de 17.12.2008, que requer que sejam apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, o que reproduzimos de forma a clarear o cenário provável.

Para tanto, a Administração estima que o valor de um dólar americano em 31 de dezembro de 2013 será de R\$ 2,05 (considerado de um ano). A metodologia utilizada para o cenário provável foi considerar a melhor estimativa para as taxas de câmbio em 31 de dezembro de 2013 com base em fontes externas de taxa de câmbio futuro. Por se tratar de uma análise de sensibilidade o impacto no resultado no exercício de 2013, foram considerados os saldos da dívida em 31 de dezembro de 2012. Ressalta-se que o comportamento do saldo da dívida respeitará seus respectivos contratos. Assim, foi confeccionada análise dos efeitos na compra de energia de Itaipu, advindos de eventual elevação no câmbio em relação a 31 de dezembro de 2012.

Consideraram-se cenários possíveis e remotos a taxas de câmbio em 31 de dezembro de 2013, da ordem de R\$ 2,5625 e R\$ 3,0750, respectivamente:

Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2012		
	Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
	2,0446	2,5625	3,0750
19.152	19.203 (51)	24.003 (4.851)	28.804 (9.652)

Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2011		
	Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
	1,8758	1,79	2,2375
20.691	19.745 (946)	24.681 (3.990)	29.617 (8.926)

**IMPACTOS NO RESULTADO**

	31/12/2012	31/12/2011
--	------------	------------

**Cenário Possível - Cenário Provável**

Dólar	4.801	4.936
-------	-------	-------

**Cenário Remoto - Cenário Provável**

Dólar	9.601	9.872
-------	-------	-------

Faz-se imprescindível salientar que a Companhia, suas controladas e coligadas não apresentam riscos nas taxas de juros por contratações de empréstimos e/ou financiamentos em moeda estrangeira.

**Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para todo o Grupo para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e de suas controladas e coligadas, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

**4.2. Gestão de capital**

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas precisavam aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumidos:

	31/12/2012	31/12/2011
Total dos empréstimos (Nota 19)	421.826	425.483
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(185.433)	(66.748)
<b>Dívida líquida</b>	<b>236.393</b>	<b>358.735</b>
Total do patrimônio líquido	591.862	518.315
<b>Total do capital</b>	<b>828.255</b>	<b>877.050</b>
Índice de alavancagem financeira - %	28,5	40,9

**4.3. Estimativa do valor justo**

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são avaliados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

	Avaliação	31/12/2012			
		Controladora		Consolidado	
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
<b>Ativos Financeiros</b>					
<b>Valor Justo por meio do Resultado</b>					
Aplicações Financeiras	Valor Justo	88.761	88.761	148.254	148.254
<b>Mantidos até o Vencimento</b>					
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado			1.722	1.722
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>					
Caixa e Bancos	Valor Justo	26	26	46.984	46.984
Contas a Receber	Custo Amortizado	3.348	3.348	406.573	406.573
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado			1.179	1.179
<b>Disponível para Venda</b>					
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo			622.486	514.468
<b>Passivos Financeiros</b>					
<b>Outros Passivos Financeiros</b>					
Fornecedores	Custo Amortizado	2.972	2.972	168.579	168.579
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado	15.731	15.731	421.826	421.826
Obrigações Societárias	Custo Amortizado	574	574	14.811	14.811
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado			209.438	209.438

	Avaliação	31/12/2011			
		Controladora		Consolidado	
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil

<b>Ativos Financeiros</b>					
<b>Valor Justo por meio do Resultado</b>					
Aplicações Financeiras	Valor Justo	3.381	3.381	44.134	44.134
<b>Mantidos até o Vencimento</b>					
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado			10.371	10.371
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>					
Caixa e Bancos	Valor Justo	86	86	22.614	22.614
Contas a Receber	Custo Amortizado	27.480	27.480	423.737	423.737
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado			1.202	1.202
Ativo Financeiro Indenizável	Custo Amortizado			374.965	374.965
<b>Passivos Financeiros</b>					
<b>Outros Passivos Financeiros</b>					
Fornecedores	Custo Amortizado	7.795	7.795	155.447	155.447
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado	1.355	1.355	425.483	425.483
Obrigações Societárias	Custo Amortizado	14	14	17.495	17.495
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado			214.449	214.449

**Hierarquia do valor justo**

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("nonperformance risk"), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os "inputs" são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os "inputs" são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos, ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os "inputs" inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, o Grupo mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, nossos ativos financeiros registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

Um resumo das faixas de atraso sujeitas à provisão:

	Controladora	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011
<b>Poder Público</b> - Vencidos há mais de 360 dias		59.177	59.380
<b>Iluminação Pública</b> - Vencidos há mais de 360 dias		25.846	41.522
<b>Serviços Prestados a Terceiros</b> - Vencidos há mais de 360 dias	18.894	18.894	
<b>Comercial</b> - Vencidos há mais de 180 dias		18.365	48.786
<b>Residencial</b> - Vencidos há mais de 90 dias		16.574	33.757
<b>Rural</b> - Vencidos há mais de 360 dias		2.183	4.819
<b>Concessionários</b> - Vencidos há mais de 360 dias		1.852	2.327
<b>Industrial</b> - Vencidos há mais de 360 dias		1.775	2.727
<b>Serviço Público</b> - Vencidos há mais de 360 dias		1.231	1.232
<b>Governo Distrito Federal</b> - Acionista controlador não provisionado		(84.129)	(99.358)
<b>Total</b>	<b>18.894</b>	<b>61.768</b>	<b>95.192</b>

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>		<b>67.695</b>
Adições		27.497
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>		<b>95.192</b>
Adições	18.894	34.648
Baixas		(17.575)
Reversão PDD Brasil Telecom		(15.814)
Reversão Lei No. 9.430		(34.683)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>18.894</b>	<b>61.768</b>

Do total das reversões no período de nove meses R\$ 15.814 referem-se ao Acordo entre a CEB D e a Brasil Telecom firmado em março de 2012, conforme Nota 6 (f). Compõe também o valor das reversões o montante de R\$ 24.262, que refere-se à baixa dos títulos considerados incobráveis para perda, conforme Nota 6(g). O restante corresponde às baixas normais do período decorrentes do recebimento de consumidores que estavam provisionados.

Em dezembro de 2012, a CEB registrou provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre fatura de serviço (Obra de iluminação pública) prestado. O motivo do provisionamento, é que a Secretaria de Estado de Obras do Governo do Distrito Federal não reconheceu a obrigação de liquidar a fatura em função de não haver nota de empenho e ordem de serviço autorizando a execução da obra. A CEB vem discutindo o assunto junto a Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal e envidando esforço no sentido de a dívida seja reconhecida e liquidada pelo Órgão do GDF.

#### c) Créditos com o Governo do Distrito Federal (consolidado)

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal e não provisionados conforme quadro acima são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal cujo valor total monta em R\$ 106.847 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 150.790 em 31 de dezembro de 2011) compostos por fornecimento de energia elétrica, multa, juros e atualização monetária incidentes sobre faturas pagas em atraso no período de 2001 a 2005. A Administração, com base no atual estágio de cobrança e negociação dos referidos valores, principalmente com o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. A realização desses créditos depende do sucesso dos processos de cobrança e negociações que em estão andamento, e os mencionados créditos podem ser liquidados por valores diferentes daqueles que estão registrados. Os débitos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB descritos no item (e) Acordo realizado com o Governo do Distrito Federal foram retirados do quadro abaixo.

Apresentamos a seguir a composição dos créditos com o acionista controlador vencidos há mais de 360 dias:

Valores a receber por idade de vencimento	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos de 91 a 360 dias	Vencidos a mais de 360 dias	Total 31/12/2012	Total 31/12/2011
Governo do Distrito Federal - GDF	20.394	906	1.418	84.129	106.847	123.310

Em 20 de abril de 2012, a Companhia recebeu do Governo do Distrito Federal o montante de R\$ 20.958, correspondente aos títulos do período de setembro a dezembro de 2010, das faturas de Iluminação Pública.

#### d) Acordo realizado com o Governo do Distrito Federal

Em agosto de 2011, a CEB D celebrou um acordo de parcelamento para liquidação dos débitos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB relativa encargos por atraso no pagamento de faturas de energia elétrica. O valor do débito reconhecido no referido Acordo de Parcelamento corresponde à quantia de R\$ 28.237, dividido em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais fixas, atualizadas pelo INPC até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês. Apresentamos a seguir, o montante em 31 de dezembro de 2012:

<b>Valor original do débito</b>	<b>14.800</b>
Encargos Financeiros	7.539
<b>Valor dívida reconhecida</b>	<b>22.339</b>
Encargos a transcorrer	5.898
<b>Valor do parcelamento na data Acordo</b>	<b>28.237</b>
Amortização	(10.000)
Ajuste a Valor Presente	(2.622)
<b>Valor parcelamento em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>15.615</b>
Circulante	6.288
Não Circulante	9.327

O Acordo celebrado com a CAESB não contemplou nenhum tipo de desconto sobre o valor original do contas a receber.

#### e) Acordo realizado com a Brasil Telecom "O"

Em março de 2012, a Companhia celebrou um Acordo com a Brasil Telecom S/A., correspondente a débitos que estavam ajuizados desde 2003, relativo à utilização pela Brasil Telecom do sistema de distribuição de Energia Elétrica para fixação de equipamentos e cabos de telecomunicações. As empresas divergiam quanto ao valor devido como remuneração pelo uso da infraestrutura da CEB D e em razão disso, os termos do contrato de compartilhamento estavam sendo discutidos no âmbito judicial.

A CEB D também tinha um passivo com a Brasil Telecom S/A., relativo à prestação de serviços de locação de ambiente de informática do Cyber Data Center.

As empresas decidiram por encerrar os processos firmaram o Acordo com o acerto de contas entre elas. A seguir, o montante negociado e o efeito no resultado com esse Acordo:

Saldo dos Títulos até 28/02/12	26.338
Passivo contabilizado	(6.169)
<b>Valor líquido - encontro de contas</b>	<b>20.169</b>
Valor recebido (depósito judicial já liberado)	(4.316)
<b>Valor líquido a receber</b>	<b>15.853</b>
Valor a receber em 26/04/2012	6.178
Valor a receber depósito judicial	3.720
<b>Total a ser recebido</b>	<b>9.898</b>
<b>Perda total no Acordo</b>	<b>5.955</b>

Do total dos débitos de R\$ 26.338, R\$ 21.769 estavam provisionados até 28 de fevereiro de 2012, os quais foram estornados e registrada a perda efetiva na operação no valor de R\$ 5.955. Em consequência deste acordo, em 31 de março de 2012 foi registrado um efeito líquido positivo no resultado de R\$ 15.814.

#### f) Perda Líquida

Em 2012, a CEB D contabilizou baixa de títulos, líquido das reversões de provisão, no montante de R\$ 33.109 para perdas.

### 7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSAVEIS

#### a) Resumo dos Tributos e Contribuições Compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	7.653	5.243	15.394	22.718
Outros Tributos e Contribuições Compensáveis	1.008	566	18.875	17.479
<b>Total</b>	<b>8.661</b>	<b>5.809</b>	<b>34.269</b>	<b>40.197</b>
<b>Circulante</b>	<b>8.661</b>	<b>5.809</b>	<b>25.372</b>	<b>24.242</b>
<b>Não Circulante</b>			<b>8.897</b>	<b>15.955</b>

#### b) Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.797	2.040	8.209	13.068
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.041	2.630	4.091	2.678
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	815	573	3.094	6.972
<b>Total</b>	<b>7.653</b>	<b>5.243</b>	<b>15.394</b>	<b>22.718</b>
<b>Circulante</b>	<b>7.653</b>	<b>5.243</b>	<b>15.394</b>	<b>16.176</b>
<b>Não Circulante</b>				<b>6.542</b>

#### c) Outros Tributos e Contribuições Compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS			16.303	16.102
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	77		1.493	134
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF	544	544	544	544
Programa de Integração Social - PIS	387	4	387	10
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS		18		42
Outros			148	647
<b>Total</b>	<b>1.008</b>	<b>566</b>	<b>18.875</b>	<b>17.479</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.008</b>	<b>566</b>	<b>9.978</b>	<b>8.066</b>
<b>Não Circulante</b>			<b>8.897</b>	<b>9.413</b>

Os valores relativos a Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período com as retenções-fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser Lucro Real Anual. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da controladora CEB Distribuição S.A são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

### 8. DEMAIS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Alienação de Bens (a)				38.955
Dividendo/JSCP a Receber	10.436	10.663	8.525	13
Despesas Pagas Antecipadamente		5	6.510	5.679
Desativações em Curso (c)			5.572	8.161
Serviços em Curso (b)			5.569	5.358
Previdência Privada dos Empregados			2.913	2.928
Títulos de Crédito a Receber (d)			1.179	1.202
Coligadas e Controladas	255	66		
Crédito com Empregados	16		793	651
Outros Créditos	818	817	3.915	5.039
<b>Total</b>	<b>11.525</b>	<b>11.551</b>	<b>34.976</b>	<b>67.986</b>
<b>Circulante</b>	<b>11.270</b>	<b>11.485</b>	<b>33.274</b>	<b>51.017</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>255</b>	<b>66</b>	<b>1.702</b>	<b>16.969</b>

(a) Em 2011, a CEB Distribuição efetuou a venda de 4 (quatro) terrenos de sua propriedade mediante licitação. Um dos terrenos, o de valor mais relevante, foi vendido de forma parcelada em 24 prestações mensais, corrigidas pela variação do índice IGP-M e remuneradas a taxa de juros de 1% (um por cento) ao mês. O custo contábil dos imóveis vendidos soma R\$ 1.895 l, os valores de venda somam R\$ 57.524, obtendo um ganho na alienação de R\$ 56.029. O saldo a receber foi integralmente liquidado em maio de 2012.

Em fevereiro de 2012 a CEB Distribuição efetuou a venda de mais 1 (um) terreno de sua propriedade mediante licitação. O terreno foi vendido de forma parcelada, com uma entrada de R\$ 3.859 e o restante em 3 prestações mensais, corrigidas pela variação do índice IGP-M e remuneradas a taxa de juros de 1% (um por cento) ao mês. O custo contábil do imóvel vendido era de R\$ 1, o valor de venda soma R\$ 12.864, obtendo um ganho na alienação de R\$ 12.863, registrado na rubrica "Outras Receitas Operacionais".

(b) Os serviços em curso são referentes aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética os quais, após término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

(c) Refere-se ao valor das desativações dos bens anteriormente em serviço, cujo valor dos itens, quando desativados, são classificados pelo seu valor residual nesta rubrica. Tais bens são classificados nesta conta até que sua destinação seja definida, conforme os critérios de desativação estabelecidos pelo órgão regulador.

(d) Títulos de Crédito a Receber: refere-se a ações preferências cumulativas e resgatáveis classes "A" e "B" emitidas pela Investco, que são caracterizadas como instrumento financeiro na controladora CEB Lajeado S.A.

### 9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Aplicações Financeiras (a)	Vencimento	Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011
Fundos Vinculados a Empréstimos e Financiamentos (b)	2023	9.805	8.758
		1.722	1.613
<b>Total</b>		<b>11.527</b>	<b>10.371</b>
<b>Circulante</b>		<b>9.805</b>	
<b>Não Circulante</b>		<b>1.722</b>	<b>10.371</b>

(a) Em 17/10/2012, os acionistas da companhia Corumbá Concessões S.A se reuniram em Assembleia Extraordinária e decidiram exercer a opção de resgate da totalidade das ações preferenciais classe B de propriedade do Fundo de Investimento em Participações BRB-Corumbá. Em virtude dessa opção, a CEB Participações S.A realizará o resgate de 94% das posições dos valores aplicados no fundo e os 6% restantes permanecerá para manutenção de contingências oferecidas em desfavor do Fundo.

O resgate do Fundo de Investimento em Participações BRB-Corumbá ocorrerá em janeiro de 2013, e apresenta as seguintes características:

- O fundo de investimento foi constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da instrução CVM no 391/03, e destinado à aplicação de recursos em ações preferenciais de emissão da companhia Corumbá Concessões S.A.;
- Seu prazo de duração é de 15 anos, portanto, o resgate se dará a partir de 2019;
- O objetivo do fundo é obter remuneração por meio da aquisição de ações preferenciais nominativas de classe especiais da Corumbá Concessões S.A., com prioridade na distribuição de dividendos;
- Não haverá resgate de cotas, a não ser pelo término do prazo de duração ou pela liquidação do fundo; e,
- Possui rentabilidade garantida por meio de contrato com a remuneração de IGPM + juros de 8,5% ao ano e reconhecida pelo regime de competência com a obrigação de recompra das ações por parte da Corumbá IV, a partir de 2019, conforme cláusula contratual.

(b) Refere-se à aplicação em conta de reserva conforme determina o contrato de financiamento junto ao BNDES. A remuneração dessa aplicação é equivalente a aproximadamente 95% da rentabilidade dos títulos públicos federais. O prazo de aplicação é até a liquidação total do financiamento junto ao BNDES (15 de dezembro de 2023).

### 10. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Estão classificadas neste grupo as penhoras judiciais on-line efetuadas pelas instituições financeiras nas contas correntes da CEB Distribuição S.A, em atendimento ao convênio de cooperação entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil e cauções referentes a leilões de energia. Ainda encontram-se registrados os depósitos recursais que são oriundos das demandas judiciais.

### 11. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Imóveis	Localidade	Tamanho	Controladora		Consolidado	
			31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Terreno	Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF (a)	284.160 m²				274.400
Terreno	Diversas Localidades		2.850		818	3.669
Terreno	QI 10 lotes 25 a 38/DF	10.500 m²			896	896
<b>Total</b>			<b>2.850</b>		<b>1.714</b>	<b>278.965</b>

Tais ativos encontram-se registrados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo, menos as despesas de venda.

(a) Considerando não haver atualmente a disposição da Companhia em alienar o referido imóvel, o bem foi transferido para a rubrica Propriedade para Investimento. Vide informações adicionais na Nota Explicativa nº 13.

### 12. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

#### (I) Contrato de Concessão

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão (IFRIC 12), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, para refletir a atividade principal da Companhia, e refere-se a infraestrutura investida nas concessões que serão objeto de indenização do Poder concedente ao final da concessão.

A Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgados no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Considerando que essa alteração implicou, em média, em um alongamento da vida útil dos referidos bens, houve uma diminuição da amortização do ativo intangível e um aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, houve uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, a re mensuração da infraestrutura resultou, em 30 de junho de 2012, na reclassificação de R\$ 24.344 da rubrica de ativo intangível para o ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

Com o advento da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, a Administração entendeu que a melhor estimativa para cálculo da indenização a ser paga pelo poder concedente ao término do contrato de concessão seria utilizar a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR). Esta metodologia é atualmente adotada pelo regulador para fins de determinação da Base de Remuneração Regulatória (BRR) e da consequente remuneração do acionista, no momento das revisões tarifárias periódicas. Desta maneira, o valor justo do ativo financeiro a ser recebido do poder concedente ao final da concessão foi determinado pela Companhia utilizando o valor residual da BRR, ao final do prazo contratual da concessão.

Adotando essa nova estimativa, a Companhia recalculou o ativo financeiro conforme a Base de Remuneração Regulatória (BRR) do 3º. Ciclo de Revisão Tarifária, que ocorreu em agosto de 2012. Esse procedimento gerou um ajuste positivo no ativo financeiro de R\$ 108.018 mil em 31 de dezembro de 2012, e no resultado de 2012 o valor de R\$ 71.292 mil, líquido dos efeitos tributários. A partir de 31 de dezembro de 2012, o ativo financeiro será movimentado pelas adições, atualizações e baixas, e re-mensurado sempre da ocorrência de um novo ciclo tarifário.

Este ativo financeiro está classificado como um ativo disponível para venda, pois a Administração entende que esta classificação é a mais adequada, já que o valor da indenização a ser recebido ao término da concessão não é fixo, embora seja estimável. Em 31 de dezembro de 2011, esse ativo financeiro estava classificado como empréstimos e recebíveis, avaliada a custo amortizado.

Conforme estabelecido pelo pronunciamento técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, as variações na estimativa de fluxo de caixa são registradas diretamente no resultado do exercício. Portanto, com o advento da Medida Provisória 579, confirmou-se que as variações no valor da indenização decorrentes da atualização monetária ou dos valores de reposição constituem-se em elemento do fluxo de caixa esperado e consequentemente devem ser registrados no resultado.

De acordo, ainda, com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a Companhia verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada pela Companhia para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A Companhia entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor. Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório serão reconhecidos no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro de 2012, não há saldo registrado em outros resultados abrangentes uma vez que a Companhia concluiu que naquela data não havia diferença entre essas taxas.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>		<b>343.738</b>
Adições		32.647
Baixas		(1.420)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>		<b>374.965</b>
Adições		120.054
Baixas		(4.895)
Reclassificação Resolução ANEEL nº 474/12		24.344
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR		108.018
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>		<b>622.486</b>

Não houve indícios de perda ao valor recuperável desses ativos na data das demonstrações financeiras.

### 13. INVESTIMENTOS

#### a) Composição dos Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Avaliados por Equivalência Patrimonial	861.213	558.987	328.616	298.258
Propriedade para Investimento (a)			274.400	
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	3.232	28.732	3.232	

**14. IMOBILIZADO**

Controladora							
Investidas	31/12 / 2011	Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	Resultado de Equivalência Patrimonial	Aumento de Capital	Ganho/(Perda) na Variação de Percentual	Outros	31/12/2012
CEB Distribuição S.A	257.306		37.016	230.000			524.322
CEB Lajeado S.A	115.585	(13.770)	19.802			(28)	121.589
Corumbá Concessões S.A	81.164	(224)	2.348		18.156		101.444
Energética Corumbá III S.A	47.785	(1.264)	5.057	401	(29)		51.950
CEB Participações S.A	44.061	(743)	4.542		496		48.356
CEB Geração S.A	12.673	(6.742)	7.282				13.213
Companhia Brasileira de Gás S.A	413		(74)				339
<b>Total</b>	<b>558.987</b>	<b>(22.743)</b>	<b>75.973</b>	<b>230.401</b>	<b>18.623</b>	<b>(28)</b>	<b>861.213</b>

Consolidado							
Investidas	31/12 / 2011	Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	Transferência do Método de Custo para MEP	Equivalência Patrimonial	Ganho / (Perda) na Variação de Percentual	Outros	31/12/2012
Investo S.A	217.094	(13.992)		18.858		(52)	221.908
Corumbá Concessões S.A	81.164	(234)	7.969	(843)	18.652		106.708
<b>Total</b>	<b>298.258</b>	<b>(14.226)</b>	<b>7.969</b>	<b>18.015</b>	<b>18.652</b>	<b>(52)</b>	<b>328.616</b>

**c) Informações adicionais sobre empresa controlada em conjunto**

A Companhia controla de forma conjunta com outros acionistas a empresa Energética Corumbá III S.A., os montantes dos principais grupos de Ativo, Passivo e Resultado são como segue:

Contas Patrimoniais				31/12/2012	31/12/2011
Caixa e equivalentes de caixa				8.383	4.313
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias				3.055	3.732
Outros Créditos				1.155	84
Fundos Vinculados				4.593	4.303
Imobilizado				212.558	211.244
Intangível				305	294
<b>Total de Ativos</b>				<b>230.049</b>	<b>223.970</b>
Fornecedores				845	146
Tributos e Contribuições Sociais				408	402
Folha de Pagamento				8	5
Empréstimos e Financiamentos				76.632	83.825
Outras Obrigações				4.060	2.563
Dívidas com pessoas ligadas				9.564	9.603
Patrimônio Líquido				138.532	127.426
<b>Total Passivo + Patrimônio Líquido</b>				<b>230.049</b>	<b>223.970</b>
Contas de Resultado				31/12/2012	31/12/2011
Receita Operacional Líquida				32.127	30.837
Custo com Energia				(1.282)	(1.420)
Custos de Operação				(8.538)	(9.741)
Despesas Operacionais				(1.570)	(3.035)
Despesas Financeiras, Líquidas				(6.123)	(7.191)
Imposto de Renda/Contribuição Social				(1.128)	(1.022)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>				<b>13.486</b>	<b>8.428</b>

**d) Operações controladas em conjunto**

A Companhia possui operações em conjunto com outros acionistas no Consórcio UHE Queimado e os montantes dos principais grupos de Ativo e Passivo são como segue:

Contas Patrimoniais				31/12/2012	31/12/2011
Caixa e equivalentes de caixa				353	1.212
Outros Créditos				5.548	5.886
Imobilizado/Intangível				125.047	129.058
<b>Total de Ativos</b>				<b>130.948</b>	<b>136.156</b>
Fornecedores				6.267	6.257
Tributos e Contribuições Sociais				120	468
Outras Obrigações				7.470	8.799
Patrimônio Líquido				117.091	120.632
<b>Total Passivo + Patrimônio Líquido</b>				<b>130.948</b>	<b>136.156</b>

**e) Resultado de Equivalência Patrimonial – Consolidado**

O valor apresentado nas demonstrações de resultados consolidado refere-se ao registro da equivalência patrimonial calculada sobre a variação do patrimônio líquido das coligadas. Este valor não é eliminado nas demonstrações consolidadas do grupo.

**14. IMOBILIZADO**

**a) Movimentação**

Consolidado - 2012										
	Imobilizado em Serviço								Imobilizado em Curso	Total
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cívicas e Beneficentárias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Outros			
<b>Custo do Imobilizado</b>										
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>20.967</b>	<b>58.156</b>	<b>20.521</b>	<b>62.979</b>	<b>7.413</b>	<b>5.126</b>	<b>142</b>	<b>69.470</b>	<b>244.774</b>	
Adições				1.300	5.239	2.293		60.922	69.754	
Baixas			(20)	(4.334)	(11)	(421)		(61.285)	(66.071)	
Transferências	4.600	591	1.098	50				(2.464)	3.875	
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>25.567</b>	<b>58.747</b>	<b>21.599</b>	<b>59.995</b>	<b>12.641</b>	<b>6.998</b>	<b>142</b>	<b>66.643</b>	<b>252.332</b>	
<b>Depreciação Acumulada</b>										
<b>Saldo em 31/12/2011</b>			(4.734)	(8.008)	(29.227)	(7.127)	(2.456)	(108)	(51.660)	
Depreciação		(1.192)		(695)	(2.236)	(802)	(484)	(4)	(5.413)	
Baixas			6	3.623	13	398			4.040	
Transferências			(1.098)						(1.098)	
<b>Saldo em 31/12/2012</b>		(5.926)		(9.795)	(27.840)	(7.916)	(2.542)	(112)	(54.131)	
<b>Imobilizado Líquido - 2012</b>	<b>25.567</b>	<b>52.821</b>	<b>11.804</b>	<b>32.155</b>	<b>4.725</b>	<b>4.456</b>	<b>30</b>	<b>66.643</b>	<b>198.201</b>	
<b>Imobilizado Líquido - 2011</b>	<b>20.967</b>	<b>53.422</b>	<b>12.513</b>	<b>33.752</b>	<b>286</b>	<b>2.670</b>	<b>34</b>	<b>69.470</b>	<b>193.114</b>	
<b>Taxas Anuais de Depreciação</b>	<b>2,0% a 7,7%</b>	<b>2,0% a 7,7%</b>	<b>2,0% a 4,0%</b>	<b>3,3% a 6,7%</b>	<b>20%</b>	<b>10%</b>				

Consolidado - 2011										
	Imobilizado em Serviço								Imobilizado em Curso	Total
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cívicas e Beneficentárias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Outros			
<b>Custo do Imobilizado</b>										
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>11.247</b>	<b>80.466</b>	<b>15.519</b>	<b>45.305</b>	<b>7.848</b>	<b>3.564</b>	<b>138</b>	<b>77.622</b>	<b>241.691</b>	
Adições				24		2.364	4	42.302	44.694	
Baixas				(1.634)	(465)	(723)		(45.148)	(47.970)	
Transferências	9.720	(22.310)	5.002	19.284	30	(61)		(5.306)	6.359	
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>20.967</b>	<b>58.156</b>	<b>20.521</b>	<b>62.979</b>	<b>7.413</b>	<b>5.126</b>	<b>142</b>	<b>69.470</b>	<b>244.774</b>	
<b>Depreciação Acumulada</b>										
<b>Saldo em 31/12/2010</b>		(3.348)	(7.343)	(28.476)	(7.207)	(2.355)	(100)	(48.829)		
Depreciação		(1.151)	(491)	(1.982)	(378)	(225)	(8)	(4.235)		
Baixas				1.627	463	126		2.216		
Transferências		(235)	(174)	(396)	(5)	(2)		(812)		
<b>Saldo em 31/12/2011</b>		(4.734)	(8.008)	(29.227)	(7.127)	(2.456)	(108)	(51.660)		
<b>Imobilizado Líquido - 2011</b>	<b>20.967</b>	<b>53.422</b>	<b>12.513</b>	<b>33.752</b>	<b>286</b>	<b>2.670</b>	<b>34</b>	<b>69.470</b>	<b>193.114</b>	
<b>Imobilizado Líquido - 2010</b>	<b>11.247</b>	<b>77.118</b>	<b>8.176</b>	<b>16.829</b>	<b>641</b>	<b>1.191</b>	<b>38</b>	<b>77.622</b>	<b>192.862</b>	
<b>Taxas Anuais de Depreciação</b>	<b>2,0% a 7,7%</b>	<b>2,0% a 7,7%</b>	<b>2,0% a 4,0%</b>	<b>3,3% a 6,7%</b>	<b>20%</b>	<b>10%</b>				

**b) Custo atribuído (Deemed Cost)**

O Grupo optou pela adoção do custo atribuído (deemed cost) para determinamos grupos de ativos ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação.

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas internos (engenheiros) com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizarem este trabalho os especialistas internos consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e que foram e curso e ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. Como parte da adoção do custo atribuído a administração do Grupo avaliou todas as classes do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009. Adicionalmente, vem sendo realizada a revisão da vida útil estimada e do valor residual.

Os efeitos nos principais grupos de conta decorrentes da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 foi:

Terrenos	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2008</b>	<b>1.442</b>	<b>1.442</b>
Ajustes por adoção do custo atribuído	295.744	295.744
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2009</b>	<b>297.186</b>	<b>297.186</b>
Alienação de Terreno - Exercício de 2009	(11.099)	(11.099)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 – Valor Bruto</b>	<b>286.087</b>	<b>286.087</b>
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL 34%)	(97.270)	(97.270)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012, líquido do efeito fiscal</b>	<b>188.817</b>	<b>188.817</b>

Os relatórios de avaliação gerados pelos especialistas datados de 31/03/2009 e 31/03/2011 foram aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do Grupo, conforme requerido pelo estatuto social.

**15. INTANGÍVEL**

Consolidado – 2012						
	Direito de Uso da Concessão		Outros Intangíveis			Total
	Em Serviço	Em Curso	Em Serviço	Em Curso	Direito de Exploração da Concessão	
<b>Custo do Intangível</b>						
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>241.861</b>	<b>127.452</b>	<b>50.342</b>	<b>2.881</b>	<b>158.946</b>	<b>581.482</b>
Adições	19.961	161.840	93	349		182.243
Baixas *	(27.848)	(149.973)		(376)		(178.197)
Obrigações Especiais	5.039	(49.090)				(44.051)
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>239.013</b>	<b>90.229</b>	<b>50.435</b>	<b>2.854</b>	<b>158.946</b>	<b>541.477</b>
<b>Amortização Acumulada</b>						
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>(119.398)</b>		<b>(38.376)</b>		<b>(35.321)</b>	<b>(193.095)</b>
Amortizações	(38.657)		(2.907)		(5.888)	(47.452)
Baixas						
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>(158.055)</b>		<b>(41.283)</b>		<b>(41.209)</b>	<b>(240.547)</b>
<b>Intangível Líquido 2012</b>	<b>80.958</b>	<b>90.229</b>	<b>9.152</b>	<b>2.854</b>	<b>117.737</b>	<b>300.930</b>
<b>Intangível Líquido 2011</b>	<b>122.463</b>	<b>127.452</b>	<b>11.966</b>	<b>2.881</b>	<b>123.625</b>	<b>388.387</b>

\* Inclui a reclassificação no montante de R\$ 24.344 para o Ativo Financeiro Indenizável, após os ajustes decorrentes da aplicação das novas taxas de depreciação dos ativos da concessão, conforme dispõe a Resolução Normativa ANEEL nº 474/12 (Nota 12).

Custo do Intangível	Consolidado - 2011					Total
	Direito de Uso da Concessão		Outros Intangíveis			
	Em Serviço	Em Curso	Em Serviço	Em Curso	Direito de Exploração da Concessão	
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>228.664</b>	<b>77.182</b>	<b>47.684</b>	<b>1.698</b>	<b>158.946</b>	<b>514.174</b>
Adições	7.368	118.323	2.658	2.355		130.704
Baixas	(1.294)	(42.032)		(1.172)		(44.498)
Obrigações Especiais	7.123	(26.021)				(18.898)
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>241.861</b>	<b>127.452</b>	<b>50.342</b>	<b>2.881</b>	<b>158.946</b>	<b>581.482</b>
<b>Amortização Acumulada</b>						
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>(61.148)</b>		<b>(35.588)</b>		<b>(29.434)</b>	<b>(126.170)</b>
Amortizações	(58.250)		(2.788)		(5.887)	(66.925)
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>(119.398)</b>		<b>(38.376)</b>		<b>(35.321)</b>	<b>(193.095)</b>
<b>Intangível Líquido 2011</b>	<b>122.463</b>	<b>127.452</b>	<b>11.966</b>	<b>2.881</b>	<b>123.625</b>	<b>388.387</b>
<b>Intangível Líquido 2010</b>	<b>167.516</b>	<b>77.182</b>	<b>12.096</b>	<b>1.698</b>	<b>129.512</b>	<b>388.004</b>

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - ativo indenizável (concessão).

Direito de Exploração de Concessão de Geração - A Controladora consolida a empresa CEB Lajeado S.A. detentora do direito de exploração de concessão da Usina que integra a operação de geração da Investo S.A.. Esse direito, se trata de uma operação de reestruturação societária da Lajeado que gerou decorrente do Contrato de Venda e Compra de Ações entre a Investo e seus acionistas. Este Instrumento estabelece para a CEB Lajeado o valor de compra de 20% (conforme sua participação ordinária) das ações preferenciais classe "R", nominativas, sem valor nominal, de emissão da Investo, totalizando 46.890.423 ações, por R\$ 213.452, que também representa 20% da dívida da Investo com a Eletrobrás. Esse valor vem sendo amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão.

**16. FORNECEDORES**

	Controladora	
--	--------------	--

## EMPRESÍMOS E FINANCIAMENTOS

Entidades	Controladora		Consolidado		Encargos
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
ELETROBRÁS			60.112	64.552	Tx. De Adm + Variação da UFIR/IGPM
Banco do Brasil S.A (FINAME)			7.001	8.001	Juros de 4,5% a.a. de atualização pela TJLP
Banco do Brasil S.A (FCO)			100.029	92.510	Juros de 10% a.a. de atualização pela TJLP e Bônus de Adimplência de 15%.
Caixa Econômica Federal S.A			142.960	178.397	CDI + Juros de 2,16% a.a.
Caixa Econômica Federal S.A			313	50.588	129% do CDI Cetip (durante o período de utilização)
Caixa Econômica Federal S.A(*)			85.648	85.648	CDI + spread de 0,28% a.m
Caixa Econômica Federal S.A	85.648				CDI + spread de 0,28% a.m
Caixa Econômica Federal S.A		1.355			100% CDI + juros de 0,32% a.m
BNDES (**)			28.737	31.435	TJLP + 1,72% a.a.
BNDES (**)	(2.974)		(2.974)		
<b>Total</b>	<b>82.674</b>	<b>1.355</b>	<b>421.826</b>	<b>425.483</b>	
<b>Circulante</b>	<b>16.962</b>	<b>1.355</b>	<b>106.013</b>	<b>127.599</b>	
<b>Não Circulante</b>	<b>65.712</b>		<b>315.813</b>	<b>297.884</b>	

(\*) O contrato possui cláusulas restritivas sobre a não constituição de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao credor. Caso ocorra a situação acima, sem anuência do credor, os saldos em aberto terão vencimento antecipado.

### i. Garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos estão garantidos por cessão de direitos creditórios da controlada CEB Distribuição S.A. O financiamento junto ao BNDES restringe-se a controlada em conjunto Energética Corumbá III tem as seguintes garantias:

Penhor de Direitos emergentes do Contrato de Concessão para Exploração da Usina, incluindo:

Direitos supervenientes de crédito decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica ("CCVE"), e de quaisquer outros contratos de compra e venda de energia;

### ii. As garantias constantes do "CCVE";

iii. Direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pelo Poder Concedente à Companhia;

iv. Direito de vender a energia elétrica produzida pelo projeto mencionado na Condição Geral nº 5, hipótese de excussão do penhor mencionado na Condição Geral nº 12.1.1; e

v. Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes da concessão.

- Penhor das ações de emissão da Companhia.

- Penhor dos Direitos Creditórios de todas as obrigações decorrentes do Contrato, da totalidade dos direitos creditórios da Companhia, especialmente dos provenientes do CCVE celebrado com a CEB Distribuição S.A., em 12 de novembro de 2002 e seus posteriores Aditivos.

Os montantes das dívidas classificadas no não circulante em 31 de dezembro de 2012 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2014	17.000	107.740
2015	17.000	89.378
2016	17.000	42.515
2017	17.000	36.100
2018		29.705
2019 em diante		12.664
<b>Total</b>	<b>68.000</b>	<b>318.102</b>

O custo de transação tem o seguinte cronograma de amortização:

	Controladora	Consolidado
2013	686	686
2014	686	686
2015	686	686
2016	686	686
2017	230	230
<b>Total</b>	<b>2.974</b>	<b>2.974</b>

### Movimentação dos Empréstimos e Financiamentos:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.355</b>	<b>425.483</b>
<b>Empréstimos e Financiamentos Obtidos</b>	<b>85.000</b>	<b>220.015</b>
Encargos Financeiros Pagos	(2.535)	(39.568)
Encargos Incorridos	3.183	39.120
Amortizações de principal	(1.355)	(220.250)
Custo da Transação	(2.974)	(2.974)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>82.674</b>	<b>421.826</b>

## 20. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

### a) Planos de benefícios

A Companhia e suas Controladas são patrocinadoras da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, que tem por objetivo suplementar os benefícios assegurados pela Previdência Social aos empregados da CEB Distribuição S.A. e da FACEB e aos seus dependentes, conforme a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação
Plano Complementar de Benefícios Previdenciais	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
Plano Assistencial	Assistência médica	Benefício definido
Plano CEB Saúde	Assistência médica	Contribuição definida

O passivo do benefício pós-emprego dos planos previdenciais foi avaliado apenas para o plano denominado Plano Complementar de Benefícios Previdenciais, constituído sob a modalidade de benefício definido, uma vez que o plano denominado CEBPREV é constituído na modalidade de contribuição definida e não gera obrigações atuariais que devam ser mensuradas como passivos com benefícios pós-emprego.

A Companhia, valendo-se da facilidade permitida pelo item 92 da norma CPC 33, decidiu, contabilmente e quando aplicável, reconhecer a parcela excedente a 10% (dez por cento) do "corredor" de forma progressiva, ao longo do tempo médio futuro de serviço dos seus empregados.

A CEB Distribuição S/A mantém junto à FACEB dois planos previdenciais, sendo um constituído na modalidade de benefício definido (BD) e outro na modalidade de contribuição definida (CD). Além disso, a empresa mantém para os seus empregados e familiares planos de saúde que são administrados pela FACEB, sendo que a CEB Distribuição S/A tem responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas apenas no plano denominado CEB - Assistencial, uma vez que a sua participação no plano denominado CEB-Saúde está limitada ao aporte da despesa gerada pelos participantes ativos e seus dependentes, não lhe cabendo responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas e, dessa forma, não existe passivo com benefícios pós-emprego.

O Plano de Saúde Assistencial é administrado pela FACEB como uma autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Participam do plano os empregados ativos, aposentados, pensionistas e aqueles vinculados ao programa de demissão voluntária da CEB Distribuição S.A.

O custeio do plano é feito mediante pagamento de co-participação pelos usuários, no momento em que utilizam o plano, cujos percentuais são definidos no respectivo regulamento, ficando a patrocinadora com a responsabilidade por complementar os pagamentos dos usuários de forma a custear as despesas do plano.

Quanto aos planos previdenciais, o passivo com benefícios pós-emprego foi avaliado apenas para o plano denominado Plano Complementar de Benefícios Previdenciais, constituído sob a modalidade de benefício definido, uma vez que o plano denominado CEBPREV é constituído na modalidade de contribuição definida e não gera obrigações atuariais que devam ser mensuradas como passivos com benefícios pós-emprego.

Os montantes no passivo relativos aos planos de Previdência, Assistência e Demissão Voluntária são os seguintes:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Plano de previdência	93.623	108.446
Plano de assistência	111.189	115.892
Programa de demissão voluntária	14.994	28.244
<b>Subtotal</b>	<b>219.806</b>	<b>252.584</b>
<b>Circulante</b>	<b>56.126</b>	<b>53.082</b>
<b>Não circulante</b>	<b>163.680</b>	<b>199.502</b>

Os montantes no resultado relativos ao plano de Previdência e Assistência são os seguintes:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Previdência	7.593	5.927
Assistência	25.736	21.655
<b>Total</b>	<b>33.329</b>	<b>27.582</b>

### b) Planos Previdencial e Assistencial

As movimentações no valor presente da obrigação com benefício definido são:

Valor presente das obrigações atuariais	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(913.179)	(783.147)	(184.739)	(182.538)
Custo do serviço corrente	(17.061)	(12.096)	(3.583)	(2.437)
Custo de juros	(93.144)	(87.008)	(18.843)	(20.280)
Ganhos/(Perda) atuariais	(261.182)	(72.354)	(97.800)	(4.340)
Benefícios Pagos pelo plano	48.303	41.426	33.627	24.856
<b>Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b>(1.236.263)</b>	<b>(913.179)</b>	<b>(271.338)</b>	<b>(184.739)</b>

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

Valor justo dos ativos do plano	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	910.549	685.890		
Retorno esperado dos ativos do plano	92.876	76.202		
Ganhos / (Perda) atuariais	142.521	148.678		
Contribuições do empregador	33.162	31.319	33.627	24.855
Contribuições do participante do plano	8.970	9.886		
Benefícios Pagos pelo plano	(48.303)	(41.426)	(33.627)	(24.855)
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do exercício</b>	<b>1.139.775</b>	<b>910.549</b>		

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço:

Valores reconhecidos no balanço patrimonial	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura	96.488	2.630	271.338	184.739
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos (item 92)	(20.594)	97.279	(160.424)	(69.344)
(Passivo)/Ativo líquido reconhecido no final do exercício	91.672	99.909	110.914	115.395
<b>Movimentação do passivo (ativo) líquido reconhecido no balanço</b>				
Passivo(ativo) reconhecido no início do exercício	(99.909)	(118.213)	(115.394)	(109.700)
Contribuições aportadas no plano	33.162	31.319	33.627	24.855
Despesas do exercício	(9.146)	(13.015)	(29.147)	(30.550)
<b>(Passivo)/ATIVO reconhecido no final do exercício</b>	<b>(75.893)</b>	<b>(99.909)</b>	<b>(110.914)</b>	<b>(115.395)</b>

### (II) Plano Previdenciário

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais apresentou um valor presente de obrigação atuarial de R\$ 1.236.263, que ao ser confrontado com o valor justo dos ativos do plano de R\$ 1.139.775 resultou em um déficit de R\$ 96.488, que subtraído das perdas acumuladas de R\$ 20.594 resulta em um passivo (provisão) de benefício pós-emprego no montante de R\$ 75.893, sendo, portanto inferior ao valor da provisão atualmente registrada pela Companhia, no montante de R\$ 91.672 relativa ao contrato de dívida que mantém junto à FACEB (vide item "d" desta Nota). Observa-se que o montante contabilizado pela Companhia é suficiente para a cobertura da provisão de benefícios pós-emprego do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais, não havendo necessidade de aumento da provisão, sendo, entretanto, importante registrar que o não aumento da provisão decorre da aplicação do método do "corredor", ainda permitida neste exercício, mas que foi extinto a partir de 1º de janeiro de 2013. Vide os impactos decorrentes da eliminação do método do "corredor" na (Nota 2.27).

### (III) Plano Assistencial

O passivo líquido contabilizado em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 115.394 e, computadas as variações ocorridas no exercício de 2012, conforme demonstradas nos quadros anteriores, têm-se um passivo líquido em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 110.914, sendo este o valor da provisão de benefícios pós-emprego para o plano CEB-ASSISTENCIAL. Considerando-se que a Companhia já tem uma provisão para o plano CEB-ASSISTENCIAL no montante de R\$ 111.186, não se mostra necessária qualquer provisão adicional.

As perdas acumuladas ainda não reconhecidas em 31 de dezembro de 2012 são de R\$ 160.424. É importante ressaltar que embora o déficit atuarial do plano tenha sofrido uma forte elevação em decorrência da redução na taxa de juros (taxa de desconto de longo prazo) e no crescimento dos custos adicionais entre 2011 e 2012, o passivo calculado de acordo com as normas do Pronunciamento Técnico CPC 33 ainda não apresenta tal variação nesta data, em decorrência da aplicação do método do "corredor", que está gerando uma expressiva perda acumulada.

Todavia, o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que regerá o cálculo do passivo com benefícios pós-emprego a partir de 1º de janeiro de 2013 não mais permite a aplicação do método do "corredor" e, nesse caso, todas as perdas acumuladas deverão ser reconhecidas naquela data. Vide os impactos decorrentes da eliminação do método do "corredor" na Nota 2.27.

Quadro demonstrativo da despesa total acumulada na demonstração de resultados:

Valores reconhecidos na DRE	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Custo do serviço corrente	(17.061)	(12.096)	(3.583)	(2.437)
Contribuições dos participantes	8.970	9.886		
Custo de juros	(93.144)	(87.008)	(18.843)	(20.280)
Retorno esperado dos ativos do plano	92.876	76.202		
Amortização de ganhos/perdas atuariais	(787)		(6.720)	(7.833)
Total da (despesas)/receita reconhecida	(9.147)	(13.016)	(29.146)	(30.550)
<b>Total da (despesa)/receita no exercício</b>	<b>(9.147)</b>	<b>(13.016)</b>	<b>(29.146)</b>	<b>(30.550)</b>

Segue abaixo a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento. A maior parte dos ativos está concentrada em investimentos de renda fixa, como demonstrado a seguir:

Composição dos ativos	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Disponível	0,27%			
Renda Fixa	82,25%	81,77%	N/A	N/A
Renda Variável	9,12%	9,67%	N/A	N/A
Investimentos estruturados	4,96%	4,26%	N/A	N/A
Investimentos Imobiliários	1,06%	1,34%	N/A	N/A
Empréstimos Participantes	2,34%	2,96%	N/A	N/A
<b>Total percentual dos ativos do plano</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>

### c) Premissas atuariais

Premissas atuariais adotadas	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Taxa de juros anual para cálculo do valor presente da obrigação	4,00%	6,00%	4,00%	6,00%
Expectativa de retorno do valor justo dos ativos do plano	10,20%	11,11%	0,00%	0,00%
Taxa anual de inflação	5,01%	4,82%	5,01%	4,82%
Taxa nominal de crescimento anual dos salários	5,01%	4,82%	5,01%	4,82%
Taxa nominal de crescimento dos benefícios do plano	5,01%	4,82%	5,01%	4,82%
Taxa de crescimento nominal anual dos custos de saúde	0,00%	0,00%	7,00%	7,00%
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Capacidade real dos salários e dos benefícios	100,00%	100,00%		
Tábuas biométricas:				
Mortalidade geral		AT 83 por sexo		AT 83 por sexo
Entrada em invalidez		TASA 1927		TASA 1927
Mortalidade de inválidos		IAPC		IAPC
Grupo de dependentes para pensão		Família média regional		Família média regional

Comparativo evidenciando retorno esperado e o retorno real dos ativos do plano	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Taxa nominal de rendimento esperada sobre os ativos do plano	10,43%	11,11%	N/A	N/A
Retorno real anual dos ativos do plano	10,20%	11,11%	N/A	N/A

### d) Contrato de dívida atuarial

Em 27 de dezembro de 2001, a Companhia Energética de Brasília - CEB, na qualidade de patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - FACEB, assinou contrato de parcelamento de contribuição suplementar para com essa Fundação, oriundo dos compromissos especiais assumidos em 1993. Com a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, a CEB Distribuição assumiu a dívida relativa a esse contrato.

Esses compromissos decorrem das alterações ocorridas quando da implantação do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais (aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 1992), principalmente de verbas salariais introduzidas nas remunerações dos empregados da Companhia e que passaram desde então a compor os salários de participação da FACEB, tais como: adicionais de periculosidade e pensosidade, décimo quarto salário e participação nos lucros. Até aquele ano, as reservas correspondentes às citadas rubricas eram amortizadas pela CEB por meio do pagamento a FACEB de parcelas mensais extraordinárias ou quitação anual por período. Essa contribuição foi denominada "suplementar", pois é uma contribuição adicional além da contribuição normal, e foi decorrente do custo do serviço passado dos empregados.

As características dessa contratação e que foram incluídas no Regulamento do Plano, conforme descrevemos: encargos financeiros de 6% ao ano; correção monetária igual à variação INPC, capitalizada mensalmente; prazo de amortização de 180 meses sucessivos. Demonstramos, a seguir, o montante atualizado, líquido das amortizações, até 31 de dezembro de 2012:

Descrição	Total	Circulante	Não Circulante
<b>Passivo contratual em 31/12/2010</b>	<b>114.198</b>	<b>25.659</b>	<b>88.539</b>
Amortização no exercício	(23.010)	(23.010)	
Atualização e juros no exercício	14.299	2.975	11.324
Transferências para o circulante		19.794	(19.794)
<b>Passivo contratual em 31/12/2011</b>	<b>105.487</b>	<b>25.418</b>	<b>80.069</b>
Amortização no exercício	(26.778)	(26.778)	
Atualização e juros no exercício	12.963	3.467	9.496
Transferências para o circulante		26.782	(26.782)
<b>Passivo contratual em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>91.672</b>	<b>28.889</b>	<b>62.783</b>

A composição do passivo está assim contabilizada:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Contribuições para o plano	1.951	2.959
Contrato de dívida	91.672	105.487
<b>Total</b>	<b>93.623</b>	<b>108.446</b>

Para cálculo do passivo a ser registrado, foram consideradas já no resultado as contribuições a pagar, dessa forma o valor restante já se encontra contabilizado por meio do Contrato de Equipamento de Déficit (vide letra c) pactuado entre a Companhia e a FACEB. Dessa forma, o resultado da avaliação atuarial de 2012 e 2011 não revelou a necessidade de constituição adicional de provisão.

### e) Programa de desligamento voluntário

## DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Recursos para Futuro Aumento de Capital (a)	212.000	20.000	212.000	20.000
Parcelamento de Multa ANEEL			12.641	19.170
Consignações a Favor de Terceiros	56	6	6.461	3.840
Arrendamento			4.556	3.574
Adiantamentos de Clientes			3.720	
Retenções Contratuais			3.512	3.625
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos			1.135	1.126
Retenção de Quotas RGR			724	724
Encargos Ex - Isolados Lei 12.111/09			690	607
Cauções e Garantia			668	621
Obrigações com Empresas Ligadas	330	219		
Outras Obrigações			3.599	2.708
<b>Total</b>	<b>212.386</b>	<b>20.225</b>	<b>249.706</b>	<b>55.995</b>
<b>Circulante</b>	<b>386</b>	<b>225</b>	<b>29.349</b>	<b>25.944</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>212.000</b>	<b>20.000</b>	<b>220.357</b>	<b>30.051</b>

(a) Refere-se a adiantamento efetuado pelo controlador, Governo do Distrito Federal, que necessita de aprovação na assembleia de acionistas para que seja incorporado ao capital da Companhia. O valor será incorporado ao capital pelo seu valor histórico.

## 23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**a) Capital Social**  
O Capital autorizado é de R\$ 368.724, conforme art. 7º do Estatuto da Companhia, e o Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 342.056 (R\$ 342.056 em 2011). As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais de ambas as classes não têm direito a voto.

A composição do Capital Social subscrito e integralizado por classe de ações é a seguinte:

Capital Total em Ações	31/12/2012	31/12/2011
<b>Ações Ordinárias</b>	<b>4.576.432</b>	<b>4.576.432</b>
<b>Ações Preferenciais</b>	<b>4.607.026</b>	<b>4.607.026</b>
Classe A	1.313.002	1.313.002
Classe B	3.294.024	3.294.024
<b>Total</b>	<b>9.183.458</b>	<b>9.183.458</b>
<b>Valor Patrimonial por Ação</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Patrimônio Líquido	591.862	518.315
(-) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(11.969)	(11.994)
<b>Total</b>	<b>579.893</b>	<b>506.321</b>
<b>Quantidade de Ações</b>	<b>9.183.458</b>	<b>9.183.458</b>
<b>Valor Patrimonial por Ação - Em (R\$)</b>	<b>63,15</b>	<b>55,13</b>

## b) Reserva de Capital

Refere-se a perda de capital na integralização de capital da cota parte na controlada em conjunto Energética Corumbá III em que os demais sócios não realizaram a obrigação de capitalizar valores subscrito no mesmo momento.

## c) Ajuste de Avaliação Patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R\$ 195.191, líquido de efeitos tributários.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009 houve venda de terrenos e a reserva foi realizada em R\$ 6.374, líquido dos efeitos tributários.

Em dezembro de 2011, foi contabilizado em ajuste de avaliação patrimonial uma perda de capital por diluição de percentual no capital da Controlada em conjunto Energética Corumbá III, o valor desta perda foi de R\$ 847 e foi apurado pelo cálculo da equivalência patrimonial. Em abril de 2012, foi contabilizado nova perda no valor de R\$ 29 em função dos aportes realizados pelos demais acionistas da Controlada não terem ocorrido na mesma proporção que os realizados pela Companhia. O saldo acumulado desta perda em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 875.

Em outubro de 2012, os acionistas da coligada Corumbá Concessões S.A se reuniram em assembleia geral extraordinária e aprovaram a formalização, esta opção de compra da totalidade das ações nominativas preferenciais classe "B" de propriedade do Fundo de Investimento em Participações BRB Corumbá. Após a aquisição, estas ações foram contabilizadas na Coligada na rubrica de Ações em Tesouraria e gerou alteração na estrutura societária da Coligada, desta forma, a participação do Grupo na Coligada passou de 39,07% para 45,57% gerando um ganho na variação de percentual de R\$ 18.623.

Em 31 de dezembro de 2012, a composição do saldo da rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" é o seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011
Custo atribuído do Ativo Imobilizado	187.970	188.817
Ganho na Variação de Percentual – Corumbá Concessões S.A (a)	18.623	
Perda de Capital na Diluição de Percentual – Energética Corumbá III	(28)	(847)
<b>Total</b>	<b>206.565</b>	<b>187.970</b>

	31/12/2012	31/12/2011
<b>d) Resultado do exercício</b>		
O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei, do excedente não distribuído poderá ser constituída Reserva para Expansão dos negócios sociais, desde que não exceda 80% do valor do Capital Social. No exercício de 2012, o resultado do exercício foi compensado com os prejuízos acumulados de exercícios anteriores.		
A demonstração da compensação do resultado do exercício ocorreu da seguinte forma:		
	31/12/2012	31/12/2011
Prejuízos Acumulados	(53.305)	(79.495)
Lucro Líquido do Exercício	53.305	26.190
<b>Saldo de Prejuízos a Compensar</b>	<b>(53.305)</b>	

## e) Reservas de lucros

As reservas de lucros são constituídas de acordo com as seguintes práticas:

**Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, exceder em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

**Reserva de Lucros a Realizar:** Constituída em 31 de dezembro de 2009, como uma destinação do Lucro Líquido daquele exercício no montante de R\$ 27.659, que teve como base de constituição o ganho de equivalência patrimonial ainda não realizado no exercício de 2009. No exercício de 2012, em função do pagamento de dividendos propostos pela administração e considerando que o valor desta reserva foi totalmente realizada financeiramente e considerando o art. 202 inciso III da Lei nº 6.404/1976 que diz "os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização", a Administração está destinando o valor desta reserva para pagamento de dividendos no exercício de 2012.

## f) Distribuição de Dividendos

A política de dividendos da entidade consta no Art. 9º do Estatuto vigente, em relação às ações preferenciais classe A:

I Prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 10% ao ano, calculados proporcionalmente ao que elas representem do capital social integralizado até a data do encerramento do exercício correspondente.

II Prioridade no reembolso do capital até o valor do patrimônio líquido das ações, em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio.

O Art. 10º apresenta o seguinte texto relacionado aos titulares das ações preferenciais classe B: "[...] gozarão de prioridade no reembolso do capital até o valor do patrimônio líquido das ações, sem prêmio, após o reembolso da classe A, em caso de liquidação da Companhia.". Ainda, em Parágrafo único, no mesmo artigo "[...] ações preferenciais classe B não têm direito a dividendo fixo ou mínimo.". Conforme consta no Estatuto Art. 37 parágrafo 1º "Será sempre assegurado às ações preferenciais classe "B", [...] o recebimento de dividendos 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias.

No ano de 2012, a administração da Companhia declarou dividendos propostos no montante de R\$ 29.744 calculado conforme o Estatuto e Lei nº 6.404/1976. A composição deste montante é a seguinte:

Lucro Líquido do Exercício	55.499
Prejuízos Acumulados	(53.305)
<b>Lucro Líquido do Exercício após Compensação de Prejuízos</b>	<b>2.194</b>
Reserva Legal (5%)	(109)
<b>Lucro Líquido Ajustado (art. 202 Lei nº 6.404/1976)</b>	<b>2.085</b>
Dividendos Mínimos Estatutários (25%)	(522)
Saldo do Lucro Líquido do Exercício Destinado a Pagamento de Dividendos	1.563

## Dividendos Propostos no Exercício

Dividendos Mínimos Estatutários (25%)
 522 |

Saldo do Lucro Líquido do Exercício Destinado a Pagamento de Dividendos
 1.563 |

Dividendos Adicionais Propostos (art. 202 inciso III Lei nº 6.404/1976) (a)
 27.659 |

**Total dos Dividendos Propostos no Exercício** **29.744** |

## Dividendos por Ação:

Ordinárias
 2,46640 |

Preferenciais Classe A
 4,59932 |

Preferenciais Classe B
 3,76926 |

(a) No exercício de 2012, em função do provisionamento dos dividendos estatutários propostos pela Administração e considerando o art. 202 inciso III da Lei nº 6.404/1976, que diz: "os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização", a Administração está destinando o valor desta reserva para pagamento de dividendos adicionais propostos no exercício de 2012.

## 24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração do Grupo analisa os relatórios internos periodicamente. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

- Distribuição e comercialização de energia elétrica – tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB Distribuição S/A;
- Geração de energia – tem como atribuição gerar energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio das empresas CEB Geração S/A e Energética Corumbá III S/A. Cabe ressaltar que 82% da energia gerada é comercializada dentro do próprio grupo da CEB Distribuição S/A.;
- Comercialização de energia elétrica – tem como atribuição comercialização energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A e CEB Participações S.A.;
- Outros – Neste segmento estão a Companhia Energética de Brasília S.A - CEB – que tem como atribuição a participação em outras sociedades, como sócio-quotista ou acionista e a prestação de serviços de manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal e a Companhia Brasileira de Gás S.A que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.

Não identificamos nenhum cliente na Companhia que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total no ano de 2012.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estão incluídas abaixo:

	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>1.555.333</b>	<b>1.326.169</b>	<b>26.477</b>	<b>23.152</b>	<b>124.466</b>	<b>110.019</b>	<b>50.178</b>	<b>33.631</b>	<b>(127.776)</b>	<b>(117.576)</b>	<b>1.628.678</b>	<b>1.375.395</b>
Energia Elétrica comprada para Revenda	(870.421)	(667.077)	(121)	(322)	(2.875)	(521)			126.628	116.816	(746.789)	(551.104)
Encargos de uso da rede elétrica	(142.885)	(130.953)	(1.154)	(1.084)	(13.834)	(12.361)			1.112	724	(156.761)	(143.674)
<b>CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA</b>	<b>(1.013.306)</b>	<b>(798.030)</b>	<b>(1.275)</b>	<b>(1.406)</b>	<b>(16.709)</b>	<b>(12.882)</b>			<b>127.740</b>	<b>117.540</b>	<b>(903.550)</b>	<b>(694.778)</b>
Pessoal	(165.509)	(147.807)	(1.282)	(1.030)	(3.094)	(1.864)	(1.896)	(904)			(171.781)	(151.605)
Entidade de Previdência Privada	(6.812)	(5.927)					(17)				(6.829)	(5.927)
Material	(7.161)	(7.852)	(94)	(30)	(20)	(39)	(1.010)	(248)			(8.285)	(8.169)
Serviço de Terceiros	(107.585)	(104.842)	(5.233)	(3.881)	(3.751)	(4.153)	(38.312)	(32.112)			(154.881)	(144.988)
Depreciação e Amortização	(39.525)	(55.700)	(1.878)	(1.927)	(6.608)	(6.624)	(475)	(339)			(48.486)	(64.590)
Provisões	(4.345)	12.959	(56)	(58)	(146)	(1.406)	(2.088)	1.892			(6.635)	13.387
Custo de Construção	(161.802)	(117.189)									(161.802)	(117.189)
Arrendamento					(49.612)	(38.920)					(49.612)	(38.920)
Outras	(47.076)	(22.229)	(1.512)	(1.883)	(6.910)	(6.856)	(23.889)	(6.098)	37	36	(79.350)	(37.030)
<b>DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS</b>	<b>(539.815)</b>	<b>(448.587)</b>	<b>(10.055)</b>	<b>(8.809)</b>	<b>(70.141)</b>	<b>(59.862)</b>	<b>(67.687)</b>	<b>(37.809)</b>	<b>37</b>	<b>36</b>	<b>(687.661)</b>	<b>(555.031)</b>
Equivalência Patrimonial					15.665	15.883	75.973	31.416	(73.623)	(33.633)	18.015	13.666
Receita Financeira	135.911	26.343	885	1.179	6.842	5.133	1.166	306	(3.287)	(1.012)	141.517	31.949
Despesa Financeira	(66.496)	(86.271)	(2.613)	(2.983)	(4.674)	(1.148)	(4.480)	(1.248)	3.287	1.012	(74.976)	(90.638)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>69.415</b>	<b>(59.928)</b>	<b>(1.728)</b>	<b>(1.804)</b>	<b>2.168</b>	<b>3.985</b>	<b>(3.314)</b>	<b>(942)</b>			<b>66.541</b>	<b>(58.689)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>71.627</b>	<b>19.624</b>	<b>13.419</b>	<b>11.133</b>	<b>55.449</b>	<b>57.143</b>	<b>55.150</b>	<b>26.296</b>	<b>(73.622)</b>	<b>(33.633)</b>	<b>122.023</b>	<b>80.563</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(9.131)	(11.528)	(1.079)	(1.074)	(11.565)	(10.202)	(89)	(381)			(21.864)	(23.185)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(25.480)	(11.246)									(25.480)	(11.246)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>37.016</b>	<b>(3.150)</b>	<b>12.340</b>	<b>10.059</b>	<b>43.884</b>	<b>46.941</b>	<b>55.061</b>	<b>25.915</b>	<b>(73.622)</b>	<b>(33.633)</b>	<b>74.679</b>	<b>46.132</b>
Atribuível ao Acionista Controlador											55.499	26.190
Atribuível aos Acionistas não Controladores											19.180	19.942
<b>INFORMAÇÕES ADICIONAIS</b>												
Receita Operacional Líquida	1.555.333	1.326.169	26.477	23.152	124.466	110.019	50.178	33.631			1.628.678	1.375.395
Receita entre Segmentos	(1.149)	(761)	(12.317)	(11.419)	(114.310)	(105.396)					(127.776)	(117.576)
Receitas com Clientes Externos	1.554.184	1.325.408	14.160	11.733	10.156	4.623	50.178	33.631			1.500.902	1.257.819

## 25. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

## a) Receita Operacional Líquida

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fornecimento de Energia Elétrica *			2.031.455	1.847.939
Receita de Construção			161.802	117.189
Energia de Curto Prazo			85.708	14.118
Receita de Prestação de Serviços	50.898	31.770	54.637	36.825
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			35.306	32.625
Suprimento de Energia			29.259	25.993
Arrendamento e Aluguéis			21.185	18.446
Receita de Venda de Gás			6.358	7.938
Outras Receitas Operacionais			4.449	3.863
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>50.898</b>	<b>31.770</b>	<b>2.430.159</b>	<b>2.104.936</b>
Impostos	(1.018)	(648)	(408.971)	(373.927)
Contribuições	(4.710)	(3.742)	(219.384)	(193.473)
Encargos do Consumidor			(173.126)	(162.141)
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>	<b>(5.728)</b>	<b>(4.390)</b>	<b>(801.481)</b>	<b>(729.541)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>45.170</b>	<b>27.380</b>	<b>1.628.678</b>	<b>1.375.395</b>

\* Os ativos financeiros relacionados ao contrato de concessão são remunerados pelo WACC regulatório (custo médio ponderado de capital) e essa remuneração é reconhecida como receita pelo faturamento mensal da tarifa ao consumidor. Em 31 de dezembro de 2012, o valor corresponde a R\$ 46.686 (R\$ 37.309 em 31 de dezembro de 2011).

## b) Custo com Serviço de Energia Elétrica

	Consolidado	
	2012	2011
Energia elétrica comprada para revenda	(669.811)	(540.654)
Encargos de uso da rede elétrica	(156.761)	(143.673)
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	(76.978)	(10.451)
<b>Total</b>	<b>(903.550)</b>	<b>(694.778)</b>

## c) Custos e Despesas Operacionais por Natureza

	Controladora		Consolidado	

Os dados são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	2012	2011
<b>Lucro Líquido (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia</b>	<b>55.499</b>	<b>26.190</b>
Lucro alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	27.656	13.051
Lucro alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	27.843	13.139
<b>Média ponderada das ações em circulação</b>		
Ações ordinárias – básicas	4.576	4.576
Ações ordinárias – diluídas	4.576	4.576
Ações preferenciais – básicas	4.607	4.607
Ações preferenciais – diluídas	4.607	4.607
<b>Lucro por ação:</b>		
Ações ordinárias – básicas	6,04369	2,85201
Ações ordinárias – diluídas	6,04369	2,85201
Ações preferenciais - básicas	6,04369	2,85201
Ações preferenciais - diluídas	6,04369	2,85201

## 27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### a) Controladora final

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Remuneração	489	380	2.189	1.895
Demais Benefícios de Curto Prazo	357	131	880	661

Total	846	511	3.069	2.556
-------	-----	-----	-------	-------

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

### c) Transações com partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir.

### (I) Operações da Controladora com suas controladas

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Condições de Realização das Transações	Controladora	
		31/12/2012	31/12/2011
<b>Ativo</b>		<b>14.039</b>	<b>38.986</b>
<b>Contas a Receber</b>		<b>3.348</b>	<b>27.480</b>
Governo do Distrito Federal	a	3.348	27.480
Demais Ativos		10.691	11.506
Dividendos/JSCP	b	10.435	11.440
CEB Geração S/A		659	277
CEB Lajeado S/A		7.526	9.583
CEB Participações S.A		743	790
Energética Corumbá III S/A		1.284	790
Corumbá Concessões S/A		223	
<b>Outras Operações</b>		<b>256</b>	<b>66</b>
CEB Distribuição S/A	c	256	66
<b>Passivo</b>		<b>86.549</b>	<b>2.107</b>
<b>Empréstimos</b>		<b>85.551</b>	<b>1.355</b>
CEB Lajeado S/A	d	85.551	1.355
<b>Demais Obrigações</b>		<b>998</b>	<b>752</b>
CEB Distribuição S/A	e	669	544
CEB Distribuição S/A	f	329	208

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Condições de Realização das Transações	Controladora	
		2012	2011
<b>Receitas</b>		<b>50.898</b>	<b>31.770</b>
<b>Receita de Prestação de Serviços e Distribuição de Energia Elétrica</b>		<b>80.898</b>	<b>11.770</b>
Governo do Distrito Federal	g	50.898	31.770
<b>Despesas</b>		<b>3.324</b>	<b>1.048</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		<b>3.287</b>	<b>1.012</b>
<b>Juros de empréstimos</b>		<b>3.287</b>	<b>1.012</b>
CEB Lajeado S.A	h	3.287	1.012
<b>Outras Despesas</b>		<b>37</b>	<b>36</b>
<b>Despesa de Locação de Imóvel</b>		<b>37</b>	<b>36</b>
CEB Distribuição S.A	i	37	36

- Representa o contas a receber por serviços prestados de Iluminação Pública ao Governo do Distrito Federal.
- Representa valores a receber de dividendos declarados e Juros sobre o Capital Próprio sobre o resultado das controladas.
- Representa valores de repasse de faturas de órgãos públicos que foram créditos em conta corrente da CEB Distribuição S.A..
- Valor do empréstimo captado pela CEB Lajeado S.A. e repassado a CEB para cumprir compromisso de subscrição de ações conforme resolução ANEEL.
- A CEB Distribuição S.A. possui empregados cedidos a Companhia Energética de Brasília – CEB, que efetua mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos da CEB Distribuição S.A. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais.
- Refere-se a valores a pagar de depósito de faturas de órgãos públicos realizado na conta corrente da Companhia Energética de Brasília – CEB e que é repassado através de encontro de contas a CEB Distribuição S.A.
- Representa a receita do serviço de iluminação pública e manutenção por serviços prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF.
- Valor de encargos financeiros sobre repasse de empréstimo realizado pela Controlada CEB Lajeado S.A a CEB.
- Trata-se de contrato de aluguel de salas utilizadas pela Companhia Energética de Brasília – CEB, reajustado anualmente pelo IGP-M. Os valores são acordados entre as partes e o contrato e as renovações têm a anuência do órgão regulador.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Companhia Energética de Brasília - CEB Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Energética de Brasília - CEB ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações de resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito de valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética de Brasília - CEB em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia Energética de Brasília - CEB em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidado para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Ênfases

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Energética de Brasília - CEB, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras em separado, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, realizado pelo método da equivalência patrimonial, exigindo para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para o assunto divulgado na Nota Explicativa nº 6.d, referente aos abatimentos correspondentes ao fornecimento de energia elétrica a certas entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, bem como aos valores relativos aos encargos por pagamentos em atraso, que não foram liquidados financeiramente e estão registrados na rubrica "Contas a receber", cujo saldo, em 31 de dezembro de 2012, totaliza R\$ 106,8 milhões. A Administração, com base no atual estágio do processo de cobrança e negociação dos referidos créditos, principalmente perante o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. A realização desses créditos depende do sucesso dos processos de cobrança e negociações que estão em andamento, e os mencionados créditos podem ser liquidados por valores diferentes daqueles que estão registrados.

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para o fato de que a controlada CEB Distribuição S.A. apresenta um histórico de deficiência de capital de giro e de baixa ou negativa rentabilidade. Adicionalmente, em razão das características inerentes às atividades operacionais e por exigência dos órgãos concedente e regulador, existe a neces-

sidade de constantes e relevantes investimentos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades. Esses fatos indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional dessa controlada. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão descritos na Nota Explicativa nº 1.2.a. As demonstrações financeiras dessa controlada, utilizadas para apuração da equivalência patrimonial e no processo de consolidação, foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da controlada continuar operando.

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para o fato de que a controlada Corumbá Concessões S.A. apresenta, em 31 de dezembro de 2012, situação financeira desfavorável, representada por capital circulante negativo no montante aproximado de R\$ 16,8 milhões. Essa situação indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional dessa coligada. Os planos da Administração relacionados à continuidade das operações dessa coligada estão descritos na Nota Explicativa nº 1.2.c. As demonstrações financeiras da referida coligada, utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da coligada continuar operando.

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para o fato de que a controlada Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2.a, entrou em operação parcial em 8 de fevereiro de 2007, por meio do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e distribuição a partir de contratos de compra e venda a seus distribuidores. Para que essa operação seja plena, faz-se necessária a viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o gasoduto Brasil-Bolívia ao Distrito Federal. Enquanto persistir essa situação, a CEBGAS continuará a depender de suporte financeiro a ser obtido com seus acionistas ou com terceiros. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional dessa controlada. As informações contábeis intermediárias dessa controlada, utilizadas para apuração da equivalência patrimonial e no processo de consolidação, não incluem ajustes que poderiam ser requeridos no caso de a controlada não conseguir viabilizar suas operações de forma plena.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2.c, os bens do ativo imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente, realizada pela Investco (investida da CEB Lajeado S.A.) por meio do Consórcio Lajeado, são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil considerando-se os fatos e as circunstâncias que estão mencionados na referida nota. Como consequência de futuras informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital aberto e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação do DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes a serem considerados às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Brasília, 27 de março de 2013.



KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-DF

## (II) Operações do Grupo e seus acionistas controladores e coligadas

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Condições de Realização das Transações	Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011
<b>Ativo</b>		<b>79.163</b>	<b>175.096</b>
<b>Contas a Receber</b>		<b>70.228</b>	<b>172.233</b>
Corumbá Concessões S/A	a	270	291
Governo do Distrito Federal	b	106.847	150.790
<b>Demais Ativos</b>		<b>8.935</b>	<b>2.863</b>
<b>Dividendos/JSCP</b>		<b>8.503</b>	<b>2.727</b>
Corumbá Concessões S/A	c	233	
Investco S/A		8.270	2.727
<b>Outras Operações</b>		<b>432</b>	<b>136</b>
Governo do Distrito Federal	d	432	136
<b>Passivo</b>		<b>60.136</b>	<b>75.684</b>
<b>Fornecedores</b>		<b>55.765</b>	<b>71.313</b>
Corumbá Concessões S/A	e	10.380	13.299
Governo do Distrito Federal	f	45.384	58.014
<b>Dividendos</b>		<b>4.371</b>	<b>4.371</b>
Governo do Distrito Federal	g	4.371	4.371

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Condições de Realização das Transações	Consolidado	
		2012	2011
<b>Receitas</b>		<b>323.767</b>	<b>262.396</b>
<b>Receita de Comercialização de Energia</b>		<b>3.397</b>	<b>3.325</b>
Corumbá Concessões S/A	h	3.397	3.325
<b>Receita de Prestação de Serviços e Distribuição de Energia Elétrica</b>		<b>320.370</b>	<b>259.071</b>
Governo do Distrito Federal	i	320.370	259.071
<b>Despesas</b>		<b>121.600</b>	<b>115.510</b>
<b>Energia Comprada para Revenda</b>		<b>121.600</b>	<b>115.510</b>
Corumbá Concessões S/A	j	121.600	115.510

- A empresa Corumbá Concessões S.A é a cessante do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB Distribuição S.A e paga pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador.
- Trata-se do fornecimento de energia elétrica (CEB Distribuição S.A) e serviços de iluminação pública e manutenção (Companhia Energética de Brasília – CEB) prestado ao Governo do Distrito Federal - GDF. Pelo fornecimento de energia elétrica, é cobrada a tarifa homologada pelo órgão regulador para a classe Poder Público. Em 2011 a CEB Distribuição S/A firmou contrato de parcelamento de dívidas com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB no montante de R\$ 20.478 para pagamento em 48 parcelas fixas, atualizados pelo INPC até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês. Pelo serviço de iluminação pública os valores são acordados entre as partes mediante contrato de prestação de serviços.
- Representa valores a receber de dividendos declarados e Juros sobre o Capital Próprio sobre o resultado das coligadas.
- A CEB Distribuição S.A. possui empregados cedidos a órgãos do Governo do Distrito Federal. Os órgãos beneficiários efetuam mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos da CEB Distribuição S.A.. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais.
- A CEB Distribuição S.A. tem contratos bilaterais de Suprimento de Energia com a empresa Corumbá Concessões S.A, com prazo de vigência até 07/07/2015. As tarifas são homologadas e revisadas pelo órgão regulador para cada empresa/contrato.
- A Contribuição de Iluminação Pública - CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal. A arrecadação da CIP é efetuada pela CEB Distribuição S.A na fatura de consumo de energia elétrica dos consumidores e repassada mensalmente ao GDF.
- Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador.
- A empresa Corumbá Concessões S/A é a cessante do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB Distribuição S.A e paga pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador.
- Representa a receita do serviço de iluminação pública, manutenção e fornecimento de energia elétrica ao GDF.
- Refere-se a receita auferida pela CEB Distribuição S.A pelo serviço de suprimento de energia a empresa Corumbá Concessões S.A..

### d) Acordo de Cooperação Técnica

Em outubro de 2012 a Diretoria da CEB Distribuição S.A, por meio da Resolução nº 378 autorizou a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal – SEPLAN, órgão que administra o parque tecnológico do Governo do Distrito Federal - GDF, a fim de migrar os serviços de processamento e armazenamento de dados da Companhia para o Data Center da SEPLAN. O referido Acordo prevê ainda, a utilização pela SEPLAN, dos dados da CEB Distribuição S.A. para fazer o cabeamento de fibra ótica, sem custos para ambos, apenas troca de benefícios.

### 28. SEGUROS

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas à UPA – Usina Hidrelétrica do Paranó e aos prédios administrativos, operacionais, laboratórios e subestações de distribuição – componentes do Ativo Imobilizado da CEB Geração S.A. e da CEB Distribuição S.A., conforme os critérios de riscos constantes de relatório técnico – estão cobertos, até 30 de dezembro de 2013 (CEB Distribuição S.A) e até 1º de fevereiro de 2014 (CEB Geração S.A), por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 910 com um total de seguro de R\$ 369.370.

Os bens das Usinas Luís Eduardo Magalhães, Queimado, Corumbá III e Corumbá IV também estão devidamente seguros.

Os componentes dessa nota explicativa não compõem o escopo de trabalho dos nossos Auditores Independentes.

### 29. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### Autorização da redução de capital da CEB D

Em 5 de fevereiro de 2013, a ANEEL publicou o despacho nº 298 no qual autorizou a redução de capital da CEB Distribuição S.A através da devolução do terreno localizado no Setor de Áreas Isoladas Norte – SA/Norte, atual Setor de Habitações Coletivas Noroeste – SHCNW, na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I, registrado sob a matrícula nº 10.483 no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal. Este imóvel foi incorporado ao capital social da CEB Distribuição S.A no ano de 2009 após aprovação em Assembleia de Acionistas da Companhia e autorizada pela ANEEL, para atender ao compromisso de subscrição de ações determinado pela Agência Reguladora. Na ocasião, a ANEEL condicionou a quitação do compromisso de subscrição de ações à alienação do terreno, como este fato não ocorreu e a CEB realizou aportes financeiros no montante de R\$ 153.240, a ANEEL considerou quitado o compromisso de subscrição de ações.

Desta forma, a Companhia entrou com o pedido junto a ANEEL para a redução do capital social da CEB Distribuição S.A. e devolução do terreno a Companhia. Tal pedido foi aceito e comunicado a Companhia através do despacho 298, o qual reproduzimos abaixo:

\*DESPACHO Nº 298, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2013

O SUPERINTENDEnte DE FISCALIZAÇÃO E FINANÇEA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 1.047, de 9 de setembro de 2008, considerando o disposto na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, na Resolução Normativa nº 149, de 28 de fevereiro de 2005, na Resolução Autorizativa nº 318, de 14 de setembro de 2005, no Contrato de Concessão nº 66/99 – ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.003089/2009-06, resolve anuir à proposta, a ser deliberada em Assembleia Geral de Acionistas, da CEB Distribuição S.A. de alteração do seu estatuto social para redução de capital em até R\$ 274.400.000,00 (duzentos e setenta e quatro milhões e quatrocentos mil reais), a ser feita mediante a restituição à Companhia Energética de Brasília de um terreno com área de 284.160,00 m2, localizado no Setor de Áreas Isoladas Norte – SA/Norte, atual Setor de Habitações Coletivas Noroeste – SHCNW, na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I, registrado sob a matrícula nº 10.483 no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, ressaltando que: i) deve ser dado integral cumprimento as disposições da legislação societária relativas à matéria; ii) a redução de capital deverá ser implementada em até 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação deste Despacho, sob pena de declínio da anuência concedida; e iii) deve ser observado o disposto no § 2º do art. 3º da Resolução Normativa nº 149/2005.”

Em conexão com o despacho acima, a Companhia publicou um comunicado ao mercado em 26/02/2013, com o seguinte teor:

“Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, comunicamos aos acionistas da COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – CEB e aos demais segmentos do mercado de capitais que a Assembleia Extraordinária da CEB DISTRIBUIÇÃO S/A do dia 26.02.2013 aprovou a redução do capital social da distribuidora em R\$ 274.400.000,00 (duzentos e setenta e quatro milhões e quatrocentos mil reais), a ser feita mediante a restituição à Companhia Energética de Brasília – CEB do terreno localizado no Setor de Áreas Coletivas Noroeste, registrado no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal sob a matrícula nº 10.483”.

Quitação de empréstimo relevante com a controlada CEB Lajeado S.A.

Foi autorizada em Reunião Ordinária nº 2.161 da Diretoria Colegiada da Companhia, realizada em 06 de fevereiro de 2013, a quitação do Contrato de repasse de recursos financeiros firmado com a CEB Lajeado no valor aproximado de R\$ 85.000, originário da operação de crédito celebrada entre a CEB Lajeado e a Caixa Econômica Federal. (Nota nº 19).

	Brasília, 25 de março de 2013.	
<b>RUBEM FONSECA FILHO</b> Diretor-Presidente		<b>EULER GUIMARÃES SILVA</b> Diretor Técnico
<b>ELI SOARES JUCÁ</b> Diretora Administrativo-Financeira e de Relações com Investidores		<b>SETEMBRINO DE MENEZES FILHO</b> Diretor de Geração e Negócios
	<b>PAULO ELESBÃO LIMA DA SILVA</b> Contador CRC – DF 9.658/0	

	Brasília, 20 de março de 2013.	
	<b>José da Silva Moura Filho</b>	<b>Martha Lyra Nascimento</b>
<b>Homero Oliveira Neto</b>		

## DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

507ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25.03.2013

INTERESSADO: Companhia Energética de Brasília - CEB

**ASSUNTO:** Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e Proposta de Destinação do Resultado do Exercício, referentes a 2012.

**DECISÃO:** O Conselho de Administração da Companhia Energética de Brasília - CEB, com inciso I, examinou o Relatório da Administração da Empresa, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos respectivos documentos complementares, e a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício, todos relativos ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2012; e tomou conhecimento do parecer da KPMG Auditores Independentes, emitido sem ressalvas. O Conselho de Administração concluiu, portanto, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, e DECIDIU submetê-las à deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Companhia.

	Brasília, 27 de março de 2013.	
<b>Rubem Fonseca Filho</b> Diretor-Presidente		<b>Arthur Emilio Oliveira Caetano</b>
<b>Delmar Carneiro de Aguiar</b>		<b>Fernando Swami Thomas Martins</b>
<b>Marcelo Gomes de Alencar</b>		<b>Mariana Costa Perna Pereira</b>
<b>Maurício Dutra Garcia</b>		<b>Paulo Fernando Santos de Vasconcelos</b>
	<b>Sandoval de Jesus Santos</b>	

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Energética de Brasília – CEB, sociedade de economia mista por ações, com sede no Setor de Indústria e Abastecimento, Área de Serviços Públicos, Lote C, S I A, Brasília, inscrita no CNPJ sob nº. 00.070.698/0001-11, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

- reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da CEB referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012; e,
- reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da CEB relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

	Brasília, 27 de março de 2013.	
<b>Rubem Fonseca Filho</b> Diretor-Presidente		<b>Euler Guimarães Silva</b> Diretor Técnico
<b>Eli Soares Jucá</b> Diretora Administrativo-Financeira e de Relações com Investidores		<b>Setembrino de Menezes Filho</b> Diretor de Geração e Negócios